



1. Prioridade para os Mais Pobres

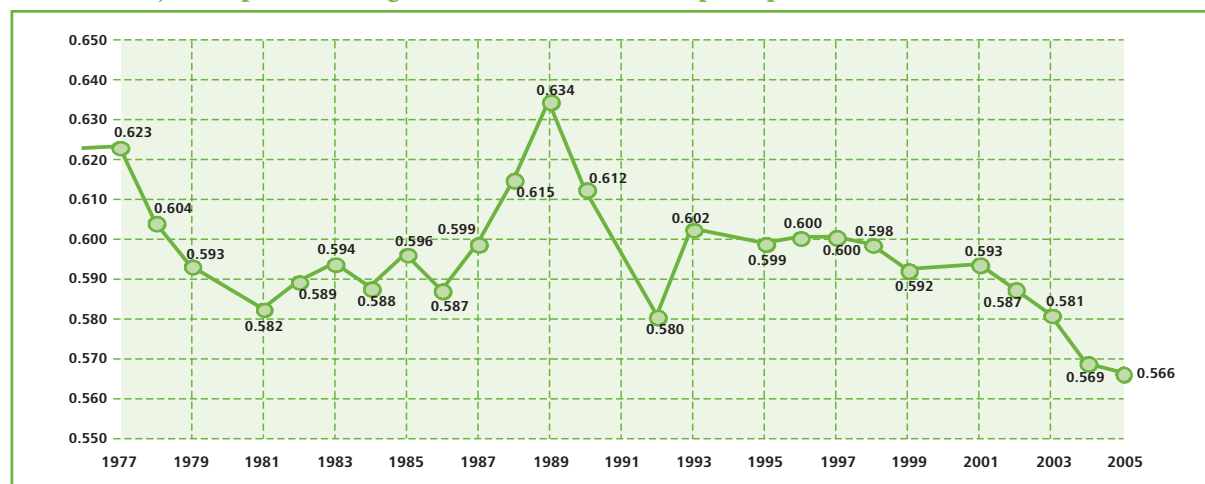
O Brasil está reduzindo a pobreza e a desigualdade. Diversos estudos demonstram os avanços obtidos nos últimos anos. Utilizando-se os resultados apresentados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Pnad/IBGE, verifica-se que a redução da pobreza, observada exclusivamente sob o aspecto da renda, supera os 20% no período compreendido entre 2003 e 2005. Em 2003, 28,2% da população brasileira vivia em condição de pobreza. Em 2005, esse percentual foi reduzido para 22,7%.

No que se refere à extrema pobreza, observa-se, que em 2005, a população que vivia com menos de 1 US\$/dia atingiu o nível mais baixo já registrado; 5,32% da população brasileira. A redução da pobreza observada no período deve-se, principalmente à redução da desigualdade. Segundo o Ipea, também considerando como referência dados da Pnad, a redução da desigualdade contribuiu com 68% para a redução da pobreza, enquanto o crescimento da renda contribuiu com 32% entre os anos de 2003 e 2004. Na Pnad 2005, observa-se que a redução da desigualdade contribuiu com 25% da redução da pobreza e o crescimento com 75%. Nesse último ano, observou-se um crescimento em todas as faixas de renda.

Em 2003 e 2005, o crescimento médio da renda no Brasil alcançou 4,8%. No entanto, os mais pobres tiveram sua renda aumentada em 8,4%, enquanto os 10% mais ricos da população tiveram acréscimo de 3,7%.

A desconcentração da renda também foi verificada na análise do Coeficiente de Gini. Utilizado internacionalmente como medida de desigualdade, o Coeficiente de Gini no Brasil foi reduzido de 0,587, em 2002, para 0,566, em 2005, conforme apresentado no gráfico a seguir.

Evolução temporal da desigualdade de renda familiar per capita no Brasil: Coeficiente de Gini



Fonte: estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1976 a 2005, porém, nos anos 1980, 1991, 1994 e 2000 a PNAD não foi a campo.

Como diversos estudos evidenciam a queda da miséria e redução dos níveis de desigualdade social são devidos, em grande parte, aos programas de transferência de renda do Governo Federal, especialmente o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Bolsa Família. Esses dois programas, somados, foram responsáveis por 28% da redução da queda do Índice de Gini no período 1995 a 2004 (7% para o BPC e 21% para o Bolsa Família).

O grau de focalização desses programas, com certeza, tem elevado sua efetividade na obtenção de seus resultados. Estudo recente

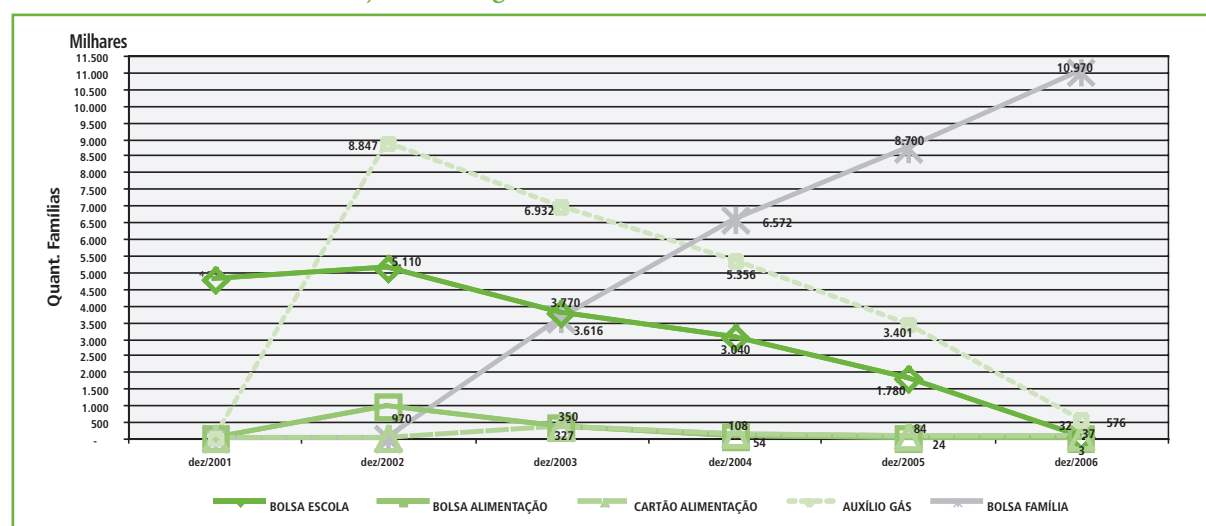
do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) concluiu que esses programas de transferência de renda do Governo Federal são bem focalizados: 74% da renda do BPC e 80% da renda do Programa Bolsa Família vão para famílias abaixo da linha de pobreza, isto é, as que possuem renda mensal per capita de até 1/2 salário mínimo.

a) Transferência de Renda: o Bolsa Família

Em 2006, o Governo reviu a estimativa do número de famílias pobres a serem atendidas pelo Programa Bolsa Família. A estimativa inicial de 11,2 milhões de famílias, feita com base na Pnad 2001, foi atualizada em razão da divulgação da Pnad 2004. Adicionalmente, o aumento da população no período, a dinâmica econômica do País e a demanda dos Estados e Municípios pela atualização do Programa, exigiram adequações nos critérios de acesso ao Bolsa Família. Assim, foram alterados os valores de referência para acesso ao programa de R\$ 50,00 e R\$ 100,00 para R\$ 60,00 e R\$ 120,00 de renda mensal per capita para caracterizar a situação de extrema pobreza e pobreza, respectivamente.

Observada a Pnad 2004 e considerando a atualização nos critérios de acesso ao Bolsa Família, a meta de atendimento foi reduzida para 11,1 milhões de famílias. Em dezembro de 2006, o programa atendia a cerca de 11 milhões de famílias. Os investimentos no ano atingiram R\$ 7,6 bilhões. Destaca-se que das famílias atendidas pelo Programa, 48% se encontram na região Nordeste. O gráfico a seguir mostra a evolução da ampliação do Bolsa Família e a trajetória dos programas remanescentes.

Evolução dos Programas Bolsa Família e Remanescentes



Fonte: Senarc/MDS

A rápida expansão do Programa tem sido acompanhada por estratégias que possibilitam aperfeiçoamentos constantes no processo de seleção de beneficiários, de forma a incluir as famílias que efetivamente atendam aos critérios de elegibilidade definidos na legislação. Diferentes estudos têm apontado o acerto na focalização do Bolsa Família. Dentre esses, merece destaque análise realizada pelo Banco Mundial, com base em informações da PNAD 2004, que mostra que cerca de 71% das famílias beneficiárias do Bolsa Família estavam no primeiro quintil de renda (20% mais pobres) e que 21% estavam no segundo quintil. Esse grau de acerto nos mais pobres, segundo o Banco Mundial, é o mais expressivo dentre todos os programas de transferência condicionada de renda em vigor na América Latina, conforme mostra o gráfico a seguir.



A trajetória declinante da inflação, assim como das expectativas para a variação dos preços nos meses seguintes, tem possibilitado a redução das taxas de juros. Em 2006, a taxa Selic, definida pelo Banco Central, recuou de 18%a.a., no início de janeiro, para 13,25%a.a. em dezembro, a menor taxa já praticada na economia brasileira, e que representa uma queda de 6,50 pontos percentuais desde setembro de 2005. Adicionalmente, o Governo reduziu a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), utilizada nos contratos de financiamentos do BNDES, visando assegurar menores custos para os investimentos produtivos de maior prazo de maturação. A TJLP passou de 9,75%a.a. para 6,50%a.a., entre dezembro de 2005 e dezembro de 2006, atingindo o menor percentual desde a criação dessa taxa, em 1994.

O processo de flexibilização da política monetária levou a uma redução nas taxas de juros nas operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN). Os juros médios cobrados nas modalidades de financiamento para pessoas jurídicas passaram de 31,7%a.a. para 26,6%a.a., entre dezembro de 2005 e novembro de 2006. Para pessoas físicas, o custo financeiro médio recuou de 59,3%a.a. para 53,0%a.a. nessa mesma base comparativa. Com isso, houve uma redução nos *spreads* bancários cobrados pelas instituições financeiras, em 2006.

A redução no custo financeiro das operações bancárias e o crescimento da atividade econômica impulsionaram a expansão do crédito na economia brasileira, e elevaram o saldo das operações de crédito para 33,7% do PIB, em novembro de 2006, ante 31,2% no final de 2005. O crescimento do volume de crédito do sistema financeiro ocorreu, principalmente, nas operações com recursos livres, tanto para pessoas físicas, com destaque para as operações de crédito consignado e de financiamento imobiliário, quanto para pessoas jurídicas. Além disso, a sofisticação e diversificação dos mecanismos de intermediação financeira possibilitaram que as empresas buscassem novos instrumentos de financiamento no mercado de capitais (por meio de ações, debêntures e outros instrumentos financeiros), que passaram de 3,2% do PIB, em 2005, para 5,3% do PIB, em 2006.

Além da ampliação do financiamento ao consumo das famílias e ao investimento produtivo, a redução nas taxas básicas de juros contribuiu para o sucesso da estratégia de gerenciamento da dívida pública. Essa estratégia busca reduzir a exposição da dívida a títulos cambiais e a papéis com remuneração atrelada à taxa Selic, com vistas a minimizar sua vulnerabilidade às variações na taxa de câmbio e de juros, adicionando maior grau de liberdade à política monetária.

A participação dos títulos corrigidos pelo câmbio passou de 2,7% para 1,3% entre dezembro de 2005 e dezembro de 2006, enquanto a dívida vinculada à taxa Selic recuou de 51,8% para 37,8% no mesmo período. Por seu lado, as parcelas pré-fixada e corrigida por índices de preços elevaram-se, respectivamente, de 27,9% para 36,1%; e de 15,5% para 22,5%. Além disso, houve ampliação do prazo médio da dívida mobiliária, combinada com uma redução na parcela que vence nos próximos 12 meses, o que constitui importante sinalização da menor percepção de risco dos investidores em títulos públicos.

Em uma perspectiva mais ampla, a política fiscal implementada a partir de 2003 evidenciou o firme propósito do Governo em assegurar a gestão equilibrada e responsável das contas públicas. Destaca-se, nesse contexto, o estabelecimento da meta de superávit primário para o setor público consolidado, em 4,25% do PIB. Essa meta demonstrou o compromisso do Governo com a solvência intertemporal da dívida pública – importante premissa para a promoção do crescimento sustentado com equidade social –, e permitiu a redução da relação Dívida/PIB de 55,5% do PIB, em dezembro de 2002, para 49,3% do PIB, em novembro de 2006. O empenho do Governo para a consecução dos objetivos da política fiscal tem assegurado o cumprimento das metas fiscais estipuladas anualmente na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Outro indicador de extrema relevância que reflete a

b) Políticas de Assistência Social

No período de 2003 a 2006 houve avanços significativos na normatização e gestão da política de Assistência Social. Esses avanços foram, principalmente, em direção à afirmação da assistência como direito social, consolidando o modo de gestão compartilhada, o co-financiamento e a cooperação técnica entre os entes federativos. Para isso, contribuíram a Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 e a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – Nob/Suas/2005. Nesse contexto, a principal conquista foi a implementação do novo pacto federativo para a construção do Sistema Único de Assistência Social (Suas) no Brasil.

Em 2006, cabe destaque para:

- i) a implementação da Norma Operacional Básica do Suas (Nob/Suas);
- ii) a consolidação da sistemática de financiamento por meio de pisos de proteção social, com repasse automático fundo a fundo, o que possibilitou maior agilidade e transparência na gestão de recursos públicos;
- iii) a estreita relação entre os entes federados com reconfiguração de compromissos e competências;
- iv) a gestão compartilhada com a câmara intergestores tripartite;
- v) o respeito e suporte político institucional às instâncias de controle social como o Conselho Nacional de Assistência Social;
- vi) o desenvolvimento do sistema de informação nacional do Suas, a Rede Suas, que resultou na automatização de todos os processos de gestão, fator de agilidade e transparência;
- vii) a aprovação da Norma Operacional de Recursos Humanos do Suas; e
- viii) a produção de estratégias de monitoramento e avaliação com pesquisas e estudos sobre a gestão pública da política e impactos do Suas.

Dessa maneira, o Suas, sob a forma de um sistema, único e regulado, que respeita as diversidades regionais estabelecendo um padrão nacional de realização do direito social, contribuiu para a segurança da prestação do dever do Estado prevista pela legislação.

Assim, serviços socioassistenciais substituem programas pontuais e são disseminados em conformidade com níveis de proteção diferenciados, básico e especial (de alta e média complexidade), desagregando-se, dessa forma, o atendimento aos necessitados e estabelecendo-se parâmetros para o alcance das necessidades sociais dos usuários dos serviços e benefícios. O Suas, nessa perspectiva, consolida-se, em 2006, como o modelo de gestão que dá efetividade a um planejamento nacionalmente pactuado entre União, Estados e Municípios.

A proteção social básica foi desenvolvida por meio de serviços de proteção social às famílias, serviços específicos e do Benefício

de Prestação Continuada. Os serviços de proteção social básica às famílias, ofertados por meio do Programa de Atenção Integral à Família (Paif) foram desenvolvidos nos Centros de Referência de Assistência Social (Cras), também conhecidos como Casa das Famílias, onde ocorre o acompanhamento das famílias em territórios de vulnerabilidade e riscos sociais, com ênfase às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada. Atualmente a União co-financia 3.248 Cras, em 2.630 Municípios, servindo como referência para mais de 11,9 milhões de famílias, com capacidade de atendimento a 2,4 milhões de famílias/ano, por meio do Piso Básico Fixo. A transferência de recursos em 2006 alcançou o montante de R\$ 167 milhões.

Os serviços específicos de proteção social básica consistem no apoio à prestação de atendimentos complementares de proteção social básica no Cras e/ou no território onde esse está instalado, tais como: serviços de convivência para pessoas idosas; serviços para crianças de zero a seis anos, relativos à manutenção de creche e às ações que visem o fortalecimento dos vínculos familiares; serviços socioeducativos para crianças, adolescentes e jovens, visando sua proteção, socialização e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; e ações voltadas à informação e educação para o trabalho.

Em 2006, o Piso Básico de Transição, um dos instrumentos utilizados para implementar os serviços de proteção social básica, beneficiou 407 mil pessoas idosas, em quase dois mil Municípios e 1.719 mil crianças em 4.727 Municípios, mediante a aplicação de R\$ 250 milhões. O outro piso que financia esses serviços é o Piso Básico Variável, que se destina ao desenvolvimento de ações socioeducativas para jovens de 15 a 17 anos, que recebem o Bolsa Agente Jovem.

O Benefício de Prestação Continuada, como provisão não contributiva da assistência social, é um benefício alinhado à proteção social básica e consiste na garantia de um salário mínimo aos idosos com 65 anos ou mais e às pessoas com deficiência, que não tenham condições de prover a própria manutenção ou tê-la provida por sua própria família. Em ambos os casos, os beneficiários devem pertencer a famílias com renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo. Em 2006, foram atendidas aproximadamente 1,18 milhão de pessoas idosas, com um aporte financeiro de R\$ 4,56 bilhões e cerca de 1,29 milhão de pessoas com deficiência, com a alocação de recursos da ordem de R\$ 5,12 bilhões.

Ressaltam-se, ainda, no âmbito da proteção social básica, os projetos de promoção da Inclusão Produtiva, conforme estabelecido na Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), que constituem ações de enfrentamento da pobreza, e se caracterizam pelo investimento econômico e social nos grupos populares. Em 2006, esses projetos subsidiaram, financeira e tecnicamente, iniciativas para viabilizar a esses grupos, capacidade produtiva e de gestão, promovendo a melhoria de condições gerais de subsistência, elevação do padrão de qualidade de vida, preservação do meio ambiente e sua organização social.

A proteção social especial, especificamente voltada para que famílias e indivíduos possam adquirir condições de reconstrução de vínculos sociais e conquistar maior grau de independência individual e social, permite dois parâmetros de atenção: de média e de alta complexidade. A proteção social especial de média complexidade se dirige aos cidadãos e às famílias, nas quais um ou mais de seus membros tenha vivência de negligência, abandono, ameaça, maus tratos, violações físicas/psíquicas, discriminações sociais e infringência aos direitos humanos e sociais. É formada por ações especiais temporárias, fora de seu núcleo familiar ou comunitário. A proteção social especial de alta complexidade oferece, por sua vez, atenção às famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou em situação de ameaça, necessitando de ações especiais temporárias, fora de seu núcleo familiar ou comunitário. Os serviços são oferecidos na forma de abrigos, casas de passagem, repúblicas, família acolhedora, substituta ou guardiã, albergue, alojamentos, abrigos especiais, moradias provisórias, entre outros.

Integram a proteção social especial: os serviços específicos de proteção social especial; a erradicação do trabalho infantil; a proteção social às crianças e aos adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias; e os serviços de proteção social especial à família.

Os serviços específicos de proteção social especial foram co-financiados por meio do piso de transição de média complexidade com recursos da ordem de R\$ 64,7 milhões e estiveram direcionados, em 2006, para a pessoa com deficiência e a pessoa idosa. Por meio destes recursos, foram atendidas cerca de 163 mil pessoas com deficiência e mais de 21 mil pessoas idosas em 1.752 Municípios.

No que se refere à Erradicação do Trabalho Infantil, no ano de 2006, foi deflagrado o processo de integração do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) com o Programa Bolsa Família, de modo a racionalizar a gestão desses Programas, com o incremento da intersectorialidade e da potencialidade das ações do Governo e, com isso, evitar a fragmentação e a superposição de funções, garantindo que os mesmos continuem atingindo seus propósitos, mas com o diferencial de poderem ser universalizados.

O PETI atendeu a cerca de um milhão de crianças e adolescentes com menos de 16 anos, retirados de situação de trabalho, em 3.296 municípios. Os investimentos nesse Programa, considerando ações socioeducativas e bolsas, alcançaram, em 2006, o valor de R\$ 243,8 milhões (além dos recursos provenientes do Bolsa Família, referente às famílias já inscritas no Cadastro Único).

A proteção social a crianças e adolescentes, e suas famílias, vítimas de violência, abuso ou exploração sexual constitui-se em um dos serviços realizados nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (Creas). Em 2006, esses serviços foram implantados em 1.126 Municípios, ampliando a capacidade de atendimento para 57,5 mil crianças e adolescentes. Os recursos transferidos aos entes federados para implementação desses serviços foram de mais de R\$ 48 milhões.

Ainda no âmbito das ações da Assistência Social, um inédito conjunto de iniciativas com vistas à articulação de políticas públicas foi dirigido à população em situação de rua e a catadores de materiais recicláveis. Entre essas iniciativas destacam-se: (i) a realização da pesquisa censitária de análise qualitativa sobre população em situação de rua em algumas cidades brasileiras; (ii) a edição do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, que instituiu a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis; e (iii) a realização de convênios e iniciativas voltadas à ampliação das condições sociorganizativas e de desenvolvimento social dos catadores e população em situação de rua, para sua integração em ações de capacitação, associativismo, auto-gestão e pesquisa, fortalecendo as condições de autonomia e sustentabilidade.

Quanto aos serviços de proteção social especial às famílias, esses abrangem crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência. A oferta dos serviços é estruturada em articulação com outras políticas públicas e sociais, valorizando a participação e o controle social exercido pelos conselhos, fóruns, organizações, entre outros, buscando a promoção do fortalecimento dos vínculos e da convivência familiar e comunitária. Financiados pelo piso de alta complexidade, esses serviços atenderam, em 2006, a 50.834 crianças e adolescentes em 403 Municípios, especificamente por serviços de acolhida a crianças e adolescentes que se encontrem em situação de abandono ou precisem de afastamento temporário de seus familiares ou responsáveis, em virtude da ocorrência de ameaça ou violação de direitos. Mais de 45.000 pessoas, sendo 12,1 mil idosos e 32,8 mil pessoas com deficiência, também foram atendidas pelos serviços de proteção social especial.



c) Ações de Segurança Alimentar

Em 2006, o processo participativo de elaboração de uma Política Pública para a área de segurança alimentar culminou com a aprovação pelo Congresso Nacional e com a sanção pelo Presidente da República da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, denominada Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (Losan), que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada.

No período de 2003 a 2006, os programas no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional, passaram por um processo de aperfeiçoamento, proporcionando um aumento gradativo e significativo dos projetos.

De importância crucial no combate à insegurança alimentar, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) assegura a compra da produção do agricultor familiar e distribui os alimentos adquiridos a entidades sociais e a grupos em situação de vulnerabilidade. Dessa forma, garante renda e trabalho para homens e mulheres do campo e contribui para a melhoria das condições nutricionais das famílias mais pobres.

Uma das modalidades deste programa é o PAA Leite, que garante a aquisição e distribuição de leite a famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional na região do Semi-árido brasileiro. Foram investidos no PAA, no período de 2003 a 2006, cerca de R\$ 994 milhões, beneficiando, até novembro de 2006, cerca de 7 milhões de pessoas, cujo atendimento é assegurado por cerca de 15 mil entidades em mais de 1.500 Municípios, que atendem diretamente ao público-alvo. No ano de 2006, o programa investiu R\$ 369 milhões, beneficiando, até novembro de 2006, cerca de 90 mil famílias de agricultores.

No que tange ao Programa da Agricultura Urbana, o investimento no período de 2003 a 2006 foi de R\$ 22,3 milhões, beneficiando cerca de 290 mil famílias. Em 2006, o investimento foi de R\$ 8,7 milhões, beneficiando 43,5 mil famílias.

Merece destaque, ainda, a promoção e consolidação de redes públicas de equipamentos de segurança alimentar e nutricional. São os restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos. Foram conveniadas com Estados e Municípios, de 2003 a 2006, 563 unidades pelo Brasil.

No Programa Banco de Alimentos, o investimento no período de 2003 a 2006 foi de R\$ 9,2 milhões, com um total de 94 unidades conveniadas, sendo que atualmente 24 estão em funcionamento e distribuem cerca de 638 toneladas de alimentos por mês, beneficiando 444 mil pessoas. Em 2006, o investimento foi de R\$ 3,3 milhões, com 29 unidades conveniadas.

No período de 2003 a 2006, o investimento nos programas Restaurante Popular e Cozinha Comunitária foi de R\$ 85,7 milhões. Esse investimento permitiu a aprovação de 110 projetos de restaurantes e 386 projetos de cozinhas. Os 15 Restaurantes já em funcionamento totalizam a oferta de mais de 500.000 refeições/mês, e as 128 Cozinhas em funcionamento totalizam a oferta de 138.000 refeições/mês. Em 2006, o investimento em Restaurantes foi de R\$ 34,3 milhões para a conclusão de projetos iniciados em 2005, além da formalização de convênios para a instalação de mais duas unidades.

O Programa de Cisternas, seguindo a política de segurança alimentar, tem como objetivo a construção de cisternas para captação e armazenamento de água de chuva no semi-árido brasileiro. De 2003 a 2006, foram investidos R\$ 269,4 milhões de reais para a

construção de aproximadamente 144.600 cisternas, beneficiando cerca de 723.000 pessoas. Em 2006, os investimentos alcançaram R\$ 61 milhões, tendo sido construídas, até novembro de 2006, 63 mil cisternas, beneficiando 315.000 pessoas.

O Programa de Distribuição de Cestas Básicas, no período de 2003 a 2006 teve um investimento de R\$ 175,6 milhões, sendo distribuídas cerca de 5.300.000 cestas. Em 2006, o investimento foi de R\$ 43,3 milhões, beneficiando, até novembro, cerca de 330 mil famílias, sendo distribuídas 1,49 milhão de cestas.

A prioridade para a área de segurança alimentar para o ano de 2007, além da continuidade dos esforços para aprimorar os programas atualmente em desenvolvimento, é a consolidação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, instituído pela Losan, por meio de sua regulamentação, em articulação entre o Governo, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), os Conseas estaduais e municipais e os Estados e Municípios, mantendo o caráter democrático e federativo na construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Avanços significativos nessa área são esperados com a realização, em maio de 2007, em Fortaleza – CE, da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

d) Articulação Institucional e Parcerias

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) por meio da Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias (Saip), vem trabalhando para que empresas públicas e privadas possam se articular, objetivando a potencialização das diversas ações desenvolvidas em seus projetos de responsabilidade social. Diversos programas e ações federais são viabilizados em todo o território nacional com o auxílio de parceiros, totalizando investimentos na ordem de R\$ 547 milhões, como por exemplo: Coca-Cola – implementação de restaurantes populares; Febraban – construção de cisternas na região do Semi-árido; Eletronorte – hortas comunitárias; Tetra Pak – doação de alimentos; Editora Globo – educação alimentar e nutricional; Sesc Mesa Brasil – banco de alimentos; e Banco do Brasil – inclusão produtiva. O MDS certifica como “Parceiro Fome Zero” empresas que ampliam, qualificam e implementam ações para o fortalecimento de políticas de desenvolvimento social. Dos 106 parceiros certificados, mais de 30 deles atuam com 210 projetos voltados para a geração de trabalho e renda, focados nas famílias beneficiárias dos programas sociais.

2. Juventude

a) Instalação e Consolidação do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve)

O Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) é um espaço de diálogo entre a sociedade civil, o Governo e a juventude brasileira. É órgão consultivo que tem o objetivo de assessorar a Secretaria Nacional de Juventude na formulação de diretrizes da ação governamental; promover estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil; assegurar que a Política Nacional de Juventude do Governo Federal seja conduzida por meio do reconhecimento dos direitos e das capacidades dos jovens e da ampliação da participação cidadã.

A constituição do Conselho, por meio de representantes do Poder Público e da sociedade civil, tem contribuído para transformar em política de Estado a questão da juventude e fortalecer o pacto pelos direitos sociais dos jovens.



Nos 15 meses de existência, o Conselho debateu e se posicionou sobre temas importantes para a sociedade brasileira, como o desarmamento, o orçamento de programas destinados à juventude e a Lei do Aprendiz.

O Conselho implementou três Câmaras Temáticas, com o objetivo de dar qualidade e agilidade às suas ações. O trabalho dessas Câmaras resultou no livro "Política Nacional de Juventude: Diretrizes e Perspectivas", lançado durante seminário nacional, realizado em novembro de 2006.

Já são diversos os conselhos de juventude constituídos em outras esferas da Federação, fruto do esforço do Conjuve para a disseminação da participação social juvenil.

Em 2007, o Conjuve continuará os trabalhos para a consolidação da Política Nacional de Juventude, bem assim acompanhando os programas e as ações implementadas pelo Governo para esse fim.

A experiência brasileira nos últimos anos, na temática juvenil, impõe novos desafios, também, no âmbito internacional. É importante que o País seja um dos impulsionadores desta agenda no Mercosul e na Comunidade Latino-Americana de Nações e apóie e participe com mais vigor junto aos organismos multilaterais de cooperação, em especial, a Organização Ibero-americana de Juventude (OIJ).

b) Consolidação da Secretaria Nacional de Juventude

A criação da Secretaria Nacional de Juventude, atendeu a uma antiga reivindicação dos movimentos sociais ligados à juventude e foi fundamental para a integração das ações do Governo voltadas a esse público, em consonância com os desafios estabelecidos pela Política Nacional de Juventude.

Em 2006, a Secretaria dialogou intensamente com prefeituras, governos estaduais, organizações sociais juvenis e com o Congresso Nacional, participando de fóruns, audiências públicas e, especialmente, do debate sobre o Plano Nacional de Juventude, em tramitação no Congresso Nacional.

O Brasil foi anfitrião, em 2006, do Encontro Latino-Americano e Caribenho de Lideranças Juvenis (Panlac), realizado em parceria com as agências das Nações Unidas, quando as diferentes organizações juvenis de 27 países da região puderam debater e contribuir para a implementação das Metas de Desenvolvimento do Milênio. Esse esforço foi ressaltado pelas Nações Unidas no documento *World Youth Report 2005*, apresentado durante a 60ª Assembléia Geral da ONU, em que foi feito o balanço dos 10 anos da implementação do Plano Mundial de Ação para Juventude.

Ainda em 2006, o Brasil intensificou sua participação na Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ) e assinou Protocolo de Intenções com o Governo de Moçambique na área dos direitos juvenis. A assinatura do protocolo é um gesto de forte simbologia, pois é a expressão de reconhecimento mútuo de experiências exitosas de programas relacionados ao tema em ambos os países que merecem transformar-se em objeto de cooperação técnica.

O Governo, por meio da Secretaria Nacional de Juventude e do Ministério da Educação, está formando uma rede social para o



engajamento no programa Brasil Alfabetizado, a fim de reduzir o analfabetismo entre os jovens, um dos desafios da Política Nacional de Juventude.

No campo da pesquisa e de estudos da temática juvenil, foram alcançados avanços importantes. O Governo, por intermédio da Secretaria Nacional de Juventude e do CNPq, realizou o “Prêmio Juventude”, no qual milhares de estudantes e pesquisadores apresentaram textos e reflexões acerca da realidade juvenil no País. A iniciativa contribuiu para a inserção dessa temática na programação do Congresso Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em Florianópolis, realizado em julho de 2006.

Em 2007, o Governo irá intensificar o processo de articulação dos programas destinados aos jovens, otimizando esforços e ampliando as ações desenvolvidas nos últimos anos. Essa articulação será feita, também, com o Congresso Nacional, para a aprovação do Plano Nacional de Juventude. Dois elementos são fundamentais neste processo: (a) proporcionar aos gestores Municipais e Estaduais de juventude um amplo conhecimento da realidade juvenil por meio de iniciativas que possam atualizá-los, como seminários e *workshops*; e (b) aprimorar, no Governo Federal, mecanismos de gestão que possibilitem uma maior integração dos programas existentes, a fim de potencializá-los e garantir uma melhor qualidade na sua execução.

c) Implantação do ProJovem

O ProJovem continua contribuindo para a inclusão dos jovens, por meio da qualificação profissional e desenvolvimento de ações comunitárias. Esse Programa é executado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, em parceria com os Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com a participação das prefeituras municipais.

O Governo Federal é responsável pelo pagamento de bolsa mensal aos alunos, pelo salário dos professores, assistentes sociais, orientadores, educadores profissionais e gestores, pela produção e distribuição do material didático, pela aquisição dos computadores e impressoras para os laboratórios de informática, pela formação inicial e continuada dos profissionais envolvidos com o programa e pela alimentação oferecida aos alunos.

Cabe destacar que entre março e outubro de 2006, 27 capitais e 34 cidades das regiões metropolitanas receberam os laboratórios de informática do ProJovem, num total de 14.108 equipamentos.

As prefeituras disponibilizam o espaço físico para a instalação dos Núcleos e Estações Juventude – espaços onde o curso acontece –, acervo para as bibliotecas, instalações de equipamentos e seleção dos docentes e gestores do programa.

O ProJovem, desde sua implantação, conta com cerca de 140 mil alunos matriculados em todas as capitais do País e no Distrito Federal. Desses jovens, aproximadamente 20.000 estão em processo de certificação. Em 2006, o Programa foi estendido a 34 cidades com mais de 200 mil habitantes das regiões metropolitanas, onde mais 47 mil jovens estão inscritos. Em 2007, prevê-se a ampliação do ProJovem, a meta do governo é sua ampliação especialmente nas capitais da região Nordeste, em razão do número expressivo de jovens em condições de serem atendidos pelo Programa nesses locais. Por seu lado, é fundamental a consolidação do Programa nas cidades com número igual ou superior a 200 mil habitantes das regiões Metropolitanas das capitais, cujos convênios foram firmados em 2006.



d) Agente Jovem

O Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano viabilizou a realização, em 1.712 Municípios brasileiros, de atividades de capacitação teórica e prática, a cerca de 112 mil jovens de 15 a 17 anos em 2006. São jovens, em situação de vulnerabilidade e risco social, inseridos em famílias cuja renda per capita é de até meio salário mínimo. As atividades desse Projeto possibilitam a inserção do jovem no mercado de trabalho, contribuem para a redução da violência e do uso de drogas, além do combate às doenças sexualmente transmissíveis e a gravidez precoce.

A Ação de Concessão de Bolsa para Jovens em Situação de Vulnerabilidade visa garantir meios para que o jovem em situação de vulnerabilidade e risco social possa se inserir em atividades que promovam sua cidadania, objetivando sua permanência no sistema educacional e aquisições que contribuam para sua iniciação no mercado de trabalho, para a promoção da convivência familiar e comunitária. O jovem recebe uma bolsa mensal no valor de R\$ 65,00, mediante o compromisso de permanência na escola e participação nas atividades inerentes ao serviço. Em 2006, foi aplicado o montante de R\$ 82 milhões na concessão da bolsa do Agente Jovem.

3. Educação

A educação é um direito de todos e elemento fundamental na constituição de uma sociedade mais justa visto que é essencial para criar condições para o exercício da cidadania. O Governo entende o papel estratégico do ensino na transformação social do País e na implementação de um modelo econômico mais justo e solidário. Por isso, adota políticas públicas voltadas a uma visão sistêmica, que privilegia todos os níveis e modalidades, e não apenas o ensino fundamental. Várias são as ações do Governo nessa direção.

a) Educação Básica

A qualificação do ensino está associada, necessariamente, à qualificação do professor. Por isso, o Governo implementa, em todo o País, um sistema de formação de professores das escolas públicas, fornecendo duas categorias de cursos a distância: formação inicial, para os docentes que não têm a habilitação exigida em lei para exercer a função, e formação continuada, para os professores que desejam atualizar suas práticas pedagógicas. Dois programas de formação inicial criados neste Governo – o Proinfantil (para profissionais que trabalham em creches e pré-escolas das redes pública ou privada sem fins lucrativos) e o Pró-Licenciatura (para professores em atividade nos ensinos fundamental e médio públicos) – beneficiaram mais de 13 mil professores até dezembro de 2006. A meta é ampliar esse atendimento, com a integração do Pró-Licenciatura ao Sistema Universidade Aberta do Brasil.

Destaca-se, ainda, na formação inicial, o Pró-Funcionário, curso técnico em nível médio, dirigido aos trabalhadores de fora da sala de aula (secretários, serviços-gerais, merendeiras, porteiros, monitores). É a primeira vez na história da educação brasileira que um programa é colocado em prática na esfera federal em benefício aos funcionários de escolas. Foram 22 mil beneficiados, até dezembro de 2006, e para 2007, estima-se beneficiar outros 26 mil trabalhadores da educação.

Por seu lado, a Rede Nacional de Formação Continuada, também criada no atual Governo, constituída de Centros de Pesquisa e

Desenvolvimento para oferta de programas de formação permanente para professores, conta com a atuação de 19 universidades com atendimento a 33 mil profissionais da educação no ano de 2006. O Pró-Letramento, implantado pela parceria com a Rede, atendeu, em 2006, 111 mil profissionais da educação básica em mais de 700 Municípios e nove Estados nas áreas de Alfabetização e Linguagem e de Matemática.

O Programa de Formação Continuada em Mídias na Educação atendeu a 10.000 professores cursistas, em 2006, preparando os profissionais da educação básica para o uso das mídias (impressa, rádio, TV e vídeo, informática) no processo de ensino e aprendizagem, de forma integrada ao projeto pedagógico da escola. Em 2006, foi iniciada a capacitação de 1.700 novos professores multiplicadores, em nível de pós-graduação *lato sensu*, preparando-os para capacitarem professores das escolas públicas de todo o País no uso da tecnologia na educação.

A formação de professores da educação básica no Sistema Universidade Aberta do Brasil prevê a instalação de 300 pólos de atendimento presencial, em um primeiro momento, em todo o País, mediante convênios com universidades federais, Estados e Municípios. Em 2007, a Universidade Aberta será incorporada à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), já que sua prioridade de atendimento é a formação, inicial ou continuada, de docentes para a educação básica, principalmente nas regiões localizadas no interior do País e distantes dos grandes centros urbanos, utilizando-se para isso a modalidade de educação a distância.

Os investimentos da União, na formação docente e na aquisição de material didático, também auxiliam os Estados e Municípios no cumprimento da lei que determina a matrícula do aluno aos seis anos de idade no ensino fundamental e amplia a duração desse nível de oito para nove anos. Em 2006, 6.000 professores participaram dos cursos de formação. Em 2007, o Governo realizará seminários para disseminar o ensino fundamental de nove anos, além da continuidade no apoio à formação de professores. Para que o novo ensino fundamental atenda as necessidades dos alunos, o Governo propõe a criação do ciclo de alfabetização, período de transição direcionado às crianças entre os seis e os oito anos com conteúdo pedagógico apropriado à faixa etária. As escolas têm até 2010 para se adequarem a essa nova legislação.

Para ampliar o atendimento nas creches e na pré-escola, além da criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), o Governo vem assegurando recursos orçamentários para a Reestruturação da Rede Física de Educação Infantil.

Pelo Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE), foram distribuídos 7.233.000 exemplares, compondo 96.440 acervos para 46.700 escolas públicas das séries finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano). Em 2007, serão adquiridos livros para o ensino médio, com a perspectiva de que sejam atendidas 16,5 mil instituições de ensino. O programa de apoio ao desenvolvimento da educação científica foi criado no sentido de desenvolver e valorizar o ensino de ciências junto aos professores e alunos do ensino médio, visando a incorporação da prática e reflexão científica na vida escolar e social dos alunos nas escolas da rede pública. As atividades do Programa tiveram início com o apoio à Olimpíada Nacional de Química, Olimpíada Brasileira de Matemática das escolas públicas (2 edições), Olimpíada Brasileira de Biologia e Olimpíada Brasileira de Astronomia. Para o período 2007/2010, pretende-se universalizar o atendimento a 7,6 milhões de alunos do ensino médio matriculados na rede pública.

O atual Governo criou, também, o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM), com a distribuição



gratuita de obras didáticas a todos os alunos de escolas públicas do País. Em 2006, foi universalizada a distribuição de livros de Português e de Matemática para todas as instituições de ensino. Em 2007, serão distribuídos os exemplares de Biologia. Anteriormente ao ano de 2003, a distribuição dos livros didáticos era limitada aos estudantes do ensino fundamental.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e o PNBE foram ampliados para contemplar o direito de todos os alunos de receber os livros didáticos e paradidáticos em formato acessível – braile e falado, para os alunos cegos da educação básica, e de literatura infanto-juvenil digital em Libras, para os alunos surdos. Escolas com matrículas de alunos surdos também receberam 11.000 dicionários trilingüe Português-Inglês-Libras. Em 2007, serão distribuídos para o ensino médio livros em braile na disciplina de Matemática e livros falados nas disciplinas de Português e Biologia.

Em janeiro de 2007, acontecerá o primeiro Exame Nacional de Proficiência em Libras, para a certificação de professores que possam exercer o magistério superior, atendendo a necessidade de inclusão de Libras como disciplina de todos os cursos de formação de professores e de fonoaudiologia – já são 4.732 os inscritos para receber a certificação – e o Exame Nacional de Tradução e Interpretação em Libras, para certificar profissionais que trabalham com a acessibilidade das comunicações aos alunos surdos.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), um dos maiores do mundo, contou com um investimento de aproximadamente R\$ 1,5 bilhão, propiciando o atendimento universalizado a 37 milhões de estudantes de todas as escolas públicas brasileiras em 2006.

Em 2006, o valor da merenda escolar foi reajustado duas vezes. O Pnae é acompanhado e fiscalizado pela sociedade, por meio de conselhos de alimentação escolar, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), além dos demais órgãos de controle interno e externo. Em 2007, o valor aplicado no Pnae deverá chegar a R\$ 1,7 bilhão.

Por meio do Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo), foram adquiridos, em 2006, 7,5 mil laboratórios de informática para as escolas públicas de ensino médio do País, permitindo garantir que todas as escolas públicas de ensino médio, aptas ao recebimento, terão um laboratório de informática. Os computadores serão distribuídos e instalados nas instituições de ensino, em 2007.

Avaliações sistemáticas de desempenho dos alunos e das escolas acompanham a qualidade do ensino oferecido. O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) permite ao estudante a auto-avaliação sobre o seu nível de aprendizado e o orienta nas decisões futuras, tanto em relação à continuidade dos estudos, quanto às opções ligadas ao mercado de trabalho. Em 2006, participaram do exame mais de 3,7 milhões de alunos, o maior público desde que ele foi criado, em 1998. O desempenho na prova é um dos pré-requisitos para a obtenção das bolsas de estudos do Programa Universidade para Todos (Prouni), sendo utilizado também como modalidade alternativa ou complementar aos exames de acesso a cursos profissionalizantes pós-ensino médio e ao ensino superior.

A “Prova Brasil” foi idealizada para produzir informações sobre o ensino fundamental oferecido por Município e escola, individualmente, com o objetivo de auxiliar os governantes nas decisões e no direcionamento de recursos técnicos e financeiros, assim como a comunidade escolar, no estabelecimento de metas e na implantação de ações pedagógicas e administrativas, visando à melhoria da qualidade do ensino. A avaliação identifica os aspectos que impactam no desempenho das melhores

escola, a fim de disseminar as práticas que determinam um ensino de qualidade. Os resultados de “Prova Brasil” têm sido repassados aos Estados e Municípios, para auxiliar nas avaliações e planos educacionais. Em 2007, será realizada a segunda edição desse exame.

Além de todas as iniciativas do Governo visando a melhoria da qualidade da educação básica mencionadas, é de se registrar o fato de que, a partir de 2007, o País passa a contar com o Fundeb, instituído pela Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006, que dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O Fundeb tem como objetivo promover a inclusão socioeducacional dos alunos de toda a Educação Básica, por meio da redistribuição, entre Estados e Municípios, dos recursos vinculados à educação. A criação e implantação do Fundo objetiva, prioritariamente, equacionar o problema do Ensino Médio e da Educação Infantil (a taxa de escolarização líquida na faixa de sete a 14 anos, no ensino fundamental, é de 98%, enquanto para os jovens de 15 a 17 anos, no ensino médio, é de 33,3% e para as crianças de quatro a seis anos o atendimento escolar é de 61,4%).

b) Educação Superior

A Expansão da Educação Superior prevê a instalação de 10 novas universidades e a construção ou ampliação de 49 campi. Com o término das obras e o início pleno do funcionamento dos cursos, serão 125 mil novas matrículas, o que equivale ao número de novos alunos que ingressa a cada ano na rede. A democratização do acesso ao ensino superior público vem acompanhada, também, da ampliação de vagas para estudantes de baixa renda nas instituições privadas, por meio do Prouni.

Até 2006, o Prouni já ofertou mais de 170 mil bolsas integrais para o ingresso em cursos superiores de graduação em instituições privadas, de forma completamente gratuita, e mais de 80 mil bolsas parciais, pagando apenas metade da mensalidade. Além disso, 1,5 mil estudantes recebem uma bolsa permanência para se dedicar unicamente aos estudos e pagar custos com transporte, alimentação e material didático. Hoje, mais de 1,4 mil instituições já aderiram ao programa.

O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) atende os bolsistas parciais do Prouni e os demais universitários. Os alunos de licenciaturas, Pedagogia e Normal Superior têm financiamento a juro real zero desde 2006. De 2003 a 2006, 170 mil novos alunos foram beneficiados com o fundo. Para 2007 está previsto o oferecimento de 100 mil novos financiamentos.

Em 2006, encerrou-se o primeiro grande ciclo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), com a maioria das instituições, públicas ou privadas, e cursos avaliados. O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), uma das ferramentas do Sinaes, é aplicado entre estudantes concluintes dos cursos avaliados e entre os iniciantes, possibilitando dimensionar quanto cada curso e instituição agregam em termos de conhecimentos específicos e gerais aos alunos.

Essa revisão das políticas públicas para o ensino superior culminou com o envio ao Congresso Nacional do projeto de lei da Reforma da Educação Superior. O texto é resultado de um extenso debate com mais de 200 entidades ligadas à educação, envolvendo professores, dirigentes, estudantes e movimentos sociais. O projeto vincula recursos para a expansão do sistema público assegurando que 75% dos recursos da União constitucionalmente vinculados à educação (18% da arrecadação de

tributos) devem ser investidos na rede federal pelos próximos 10 anos. Também garante a autonomia das instituições e cria mecanismos para a qualificação do ensino.

A Reforma do Ensino Superior prevê, ainda, a distribuição dos recursos financeiros para as instituições federais com base em indicadores de eficiência, a reserva de vagas para alunos egressos de escolas públicas (hoje, nove universidades federais já contam com sistemas próprios de cotas), uma adequada caracterização das instituições (Universidade, Centro Universitário e Faculdade), compatibilizando prerrogativas e exigências, a ampliação da assistência estudantil, o estímulo à criação de cursos noturnos e a regulação justa e precisa do setor privado, ação essa que é complementada pelo Sinaes e que beneficia as instituições qualificadas e seus estudantes.

Na pós-graduação, um dos projetos de maior destaque é a Escola de Altos Estudos, criada em 2006, para facilitar a vinda ao País de professores e pesquisadores estrangeiros de atuação reconhecida em todo o mundo e valorizar a formação de mestres e doutores no Brasil. A primeira escola teve início, em novembro de 2006, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em 2007, serão implementados outros 15 cursos de curta duração em diversas instituições. As universidades conveniadas poderão sugerir nomes de docentes e pesquisadores visitantes, propor cursos de pós-graduação *stricto sensu* a serem oferecidos e atribuir a cada curso créditos contabilizados pelos alunos nos programas em que estão matriculados.

Os projetos que incluem o desenvolvimento de pesquisas em áreas consideradas estratégicas para o País, seja em termos de segurança nacional seja em termos sociais, recebem atenção especial. Nesse sentido, estão os Programas Amazônia Azul, que se inicia em 2007, e o Acelera Amazônia que apoiou 18 projetos em 2006. Para 2007, está prevista a concessão de cerca de 600 bolsas de pós-graduação nesses Programas. Outra iniciativa do Governo, o Pró-Defesa, apoiou com a concessão de bolsas 12 projetos de pesquisa voltados à defesa nacional, em 2006. Também foram firmadas parcerias com fundações de amparo à pesquisa de 15 Estados para a ampliação da concessão de benefícios. Em 2007, mais três estados devem se somar à ação.

O acesso à informação tecnológica e ao conhecimento científico é reforçado pelos investimentos no Portal de Periódicos da Capes. A inclusão de novos títulos permitiu que o número de acessos ao portal saltasse de 6,6 milhões, em 2002, para 27 milhões, em 2006. Para 2007, a estimativa é que esse número chegue aos 37 milhões. O Portal da Capes é uma das maiores ferramentas existentes na América Latina para acesso ao conhecimento científico mundial, sendo utilizada por universidades, órgãos do Governo e empresas privadas. Outro projeto de desenvolvimento da pós-graduação é o Observatório da Educação, criado em 2006, para apoiar a pesquisa na área educacional e formar mestres e doutores.

No exterior, a Capes atendeu cerca de 2.400 bolsistas de doutorado pleno e estagiários de pós-doutorado em 2006, atendimento que deve ser ampliado para três mil, em 2007. A redução do pagamento de taxas administrativas a instituições estrangeiras permitiu o aumento no número de benefícios concedidos. No Brasil, o número de bolsas de mestrado e doutorado mantidas pela Capes, em 2006, foi de 28,2 mil. Áreas com posição de destaque para o desenvolvimento tecnológico e o comércio exterior, como a microeletrônica, a programação em informática (*software*), a produção de fármacos e os bens de capital, têm uma política específica de concessão de bolsas – foram dois mil benefícios, em 2006, número que deve ser ampliado para 2.115, em 2007.

Em 2006, foram abertos 346 novos programas de pós-graduação, sendo 256 de mestrado (202 acadêmicos e 54 profissionais) e 90 de doutorado. O avanço no número de cursos será estimulado principalmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste,

nas áreas de desenvolvimento tecnológico e em localidades de baixo desenvolvimento econômico. A qualidade do ensino oferecido é acompanhada de perto, por meio de avaliações trienais.

c) Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos

O Programa Brasil Alfabetizado tem como meta básica oferecer a oportunidade de alfabetização aos jovens e adultos com mais de 15 anos, que não tiveram acesso à escola ou que tiveram de interromper os estudos, dando atenção especial aos segmentos sociais que estejam em situação de vulnerabilidade social ou discriminação. O Programa tem duas ações básicas: a formação de alfabetizadores e a alfabetização de jovens e adultos. Somente em 2006, foram atendidos dois milhões de brasileiros.

Com o Programa, a alfabetização de jovens e adultos foi incorporada como política de Governo e a União assumiu seu papel frente a essa dívida histórica do País com sua população menos favorecida economicamente. Estados e Municípios beneficiados com o repasse dos recursos devem oferecer em contrapartida a garantia de continuidade dos estudos em turmas da educação de jovens e adultos (EJA), apoiadas pelo “Fazendo Escola”.

O atendimento dado pela União aos Estados em Municípios para a manutenção das classes de EJA corresponde, principalmente, à formação de professores, à produção de material didático específico e à aquisição de merenda escolar. Também foi implementada a educação de jovens e adultos com qualificação profissional inicial, ação que já atendeu 205 mil brasileiros, e foram produzidos e distribuídos 2,4 milhões de exemplares de obras literárias selecionadas no concurso Literatura para Todos, destinadas especificamente aos jovens e adultos formados no Brasil Alfabetizado e no Fazendo Escola – iniciativa que serve de estímulo aos alunos no processo de letramento. A partir de 2007, a expectativa é que sejam produzidos e distribuídos outros 2,8 milhões de exemplares das obras a cada ano.

Pescadores, agricultores familiares, comunidades indígenas e quilombolas e a população carcerária são alguns exemplos de segmentos sociais que recebem atenção especial do Brasil Alfabetizado. No que diz respeito à população carcerária, a educação pode contribuir decisivamente no processo de ressocialização, permitindo o acesso a valores e a mudança de atitudes, além de contribuir para a formação profissional, com a promoção da estabilidade econômica e do sentido de dignidade aos presos.

d) Educação Profissional e Tecnológica

O Governo está construindo 42 novas escolas técnicas e agrotécnicas e incorporando à rede federal de educação profissional e tecnológica mais 18 instituições comunitárias que enfrentavam dificuldades administrativas, e cujo fechamento traria sérios prejuízos às localidades em que estão inseridas. Dessas 60 escolas, sete já entraram em funcionamento, em 2006, e outras 25 iniciam as atividades em fevereiro de 2007. A expansão gerará 78 mil novas vagas no ensino profissional, assim que todos os cursos estiverem em pleno funcionamento. Com a iniciativa, o Governo, por intermédio do MEC, oferece aos Estados do Amapá, Acre e Mato Grosso do Sul, assim como ao Distrito Federal, suas primeiras instituições vinculadas à rede federal.

Prevê-se contemplar cada cidade-pólo do País com uma escola técnica federal, priorizando-se micro e mesorregiões que ainda não sejam contempladas com a rede. A articulação com as escolas públicas de ensino médio e com os centros de extensão tecnológicos, o uso da educação a distância e a utilização de laboratórios móveis permitirão o atendimento de até



1,2 milhão de alunos em cursos tecnológicos (nível superior) e técnicos (nível médio, tanto no ensino regular quanto na educação de jovens e adultos) e de até três milhões em cursos de iniciação ou qualificação profissional.

A intenção do Governo é que a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica e do próprio sistema, com a implementação de ações de apoio financeiro e pedagógico às redes estaduais e comunitárias, signifique o acesso e a melhoria das condições de permanência do aluno nessas instituições.

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), direcionado a trabalhadores com mais de 18 anos que não concluíram os ensinos fundamental ou médio, atendeu oito mil brasileiros em 2006. Com a ampliação de vagas para o programa na rede federal, nas redes públicas de ensino e no Sistema S (Senai, Sesi, Senac, Sesc etc.), espera-se atender 200 mil trabalhadores, em 2007. O Programa possibilitou, ainda, a formação de 2,3 mil docentes dos diversos sistemas de ensino, por meio de cursos de especialização oferecidos em 15 pólos, graças a parcerias entre as escolas técnicas federais e as universidades.

O Escola de Fábrica é outra ação do Governo que tem como meta gerar inclusão social por meio da formação profissional. O programa de formação inicial é direcionado a jovens entre 16 e 24 anos matriculados na rede pública de ensino. Os alunos estudam dentro da própria empresa parceira no programa, recebendo auxílio financeiro, material didático, lanche, transporte e uniforme. Até 2006, 16,6 mil jovens foram atendidos pelo Escola de Fábrica.

Até dezembro de 2006, a integração entre o ensino médio e a educação profissional de nível técnico, já permitiu que 61,6 mil alunos concluíssem a educação básica com o aprendizado de uma profissão. O que favorece a entrada do aluno no mercado de trabalho e a continuidade dos estudos na graduação.

Para garantir a qualidade do ensino oferecido, o Governo também investe na formação docente. O Programa Institucional de Qualificação Docente para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica concede bolsas de mestrado e doutorado ao pessoal de nível superior das instituições federais.

A I Conferência Nacional da Educação Profissional e Tecnológica, realizada em novembro de 2006, por sua vez, lançou as bases para a definição de diretrizes para uma política nacional na área, centrada no desenvolvimento do País e na inclusão social. Um seminário nacional será realizado, em 2007, para o debate das propostas apresentadas na conferência. A realização dessa conferência demonstra a importância atribuída por este Governo à Educação Profissional e Tecnológica, constituindo-se em um marco histórico para o setor.

e) Educação e Diversidade

Em apoio à educação no campo, os programas e projetos mantidos pelo Governo Federal beneficiaram 434 mil alunos, em 2006. As ações são realizadas em parceria com Municípios, Estados e organizações não-governamentais. Os investimentos também incluem o Procampo, Programa de formação de professores em licenciatura voltada à realidade das populações agrárias, e o “Saberes da Terra”, que integra elevação da escolaridade com qualificação profissional. Voltado para os agricultores familiares, esse último projeto já atendia cinco mil jovens e adultos, em dezembro de 2006.

Em atenção à educação especial, o Governo vem realizando, por meio do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, seminários nacionais e municipais de formação de gestores e educadores, preparando 67 mil docentes de 4.224 municípios para a inclusão de alunos com deficiência e com altas habilidades nas escolas públicas da rede regular de ensino, disponibilizando também referenciais pedagógicos e materiais didáticos específicos para a educação básica. Em apoio à inclusão, o Governo instalou 1,1 mil laboratórios em escolas da rede pública de ensino por meio do Programa Nacional de Informática na Educação Especial (Proinesp), implementou 626 Salas de Recursos Multifuncionais para o atendimento educacional especializado, estruturou 27 Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação (NAAH/S), um em cada Unidade da Federação e 30 Centros de Formação de Professores e Atendimento aos Alunos com Surdez (CAS).

Já o Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (Tec Nep) pretende expandir a oferta de cursos para as comunidades populares. Para isso, estão sendo criados cinco centros de referência e construído um banco de recursos humanos para encaminhamento profissional.

f) Cooperação Internacional

O Governo Federal, por intermédio do MEC, ampliou a agenda de cooperação bilateral e multilateral em matéria de educação. O Brasil é cada vez mais percebido como ator mundial relevante nessa área, tendo crescido o interesse de países desenvolvidos e em desenvolvimento em estabelecer parcerias nos diversos níveis e conhecer e aplicar nossas políticas públicas.

No plano bilateral, aprofundaram-se as relações com os parceiros estratégicos tradicionais e foram abertos novos laços com países que têm grande potencial de cooperação acadêmica e científica. No plano multilateral, o Brasil teve atuação de destaque em foros como Mercosul, Unesco, OEI e OEA, contribuindo para a transformação de agendas e o aprimoramento da interlocução com outros Ministérios da Educação e entidades da sociedade civil.

Outra área de crescente relevância é o atendimento às necessidades educacionais das comunidades brasileiras no exterior. O MEC tem trabalhado com êxito na oferta do Exame Nacional de Certificação de Competência da Educação de Jovens e Adultos (Encceja) – antigo supletivo – no Japão e na Suíça, podendo ampliá-lo a outras comunidades de brasileiros na Europa e Estados Unidos. Além disso, cumpre mencionar o projeto de apoio a escolas brasileiras no exterior e aos estudantes brasileiros que residem fora do País no ensino de Português, História e Geografia do Brasil e Literatura Brasileira.

Cabe ressaltar a importância dos programas de estudantes-convênio de graduação e pós-graduação na criação de laços entre universidades brasileiras e jovens líderes e intelectuais do mundo em desenvolvimento, especialmente da África e da América Latina.

No âmbito do setor educacional do Mercosul, o Brasil exerceu a Presidência Pro Tempore do bloco, ao longo da qual fortaleceu o processo de integração regional em diversas áreas.

No plano da Educação Básica, houve avanços nos campos do reconhecimento de Títulos e Certificados, bibliotecas escolares, ensino de Direitos Humanos, do Espanhol e do Português e, em particular, do Projeto de Escolas Bilíngües de Fronteira. Este último, iniciado bilateralmente com a Argentina em 2004, foi incorporado à agenda do Mercosul, com previsão de ampliação a cidades de fronteira do Brasil com todos os seus vizinhos sul-americanos. Em 2007, o Projeto deverá ser estendido ao Paraguai, ao Uruguai, à Colômbia

e à Venezuela. Participam do Projeto, além do MEC, as universidades e Secretarias Estaduais e Municipais de Ensino.

Na esfera da Educação Superior, vale sublinhar as conquistas em matéria de mobilidade acadêmica, avaliação e credenciamento, com a conclusão do Mecanismo Experimental (Mexa) e sua transformação em sistema regional permanente de cursos de graduação. O credenciamento, aplicado experimentalmente aos cursos de Agronomia, Engenharia e Medicina, será aberto aos cursos de Enfermagem, Odontologia, Veterinária e Arquitetura. Foi aprovado Programa de Mobilidade Docente de Curta Duração.

O Brasil liderou a proposta de criação do Espaço Regional de Educação Superior do Mercosul (Universidade do Mercosul). Nessa perspectiva, os Ministros de Educação dos países que compõem o Mercosul criaram um grupo com o objetivo de elaborar projeto nos seguintes temas: ensino e pesquisa de temas voltados para a integração regional nos campos das ciências humanas e sociais, científico-tecnológicas, agrárias e ecológicas, de saúde e artísticas, tanto na graduação quanto na pós-graduação; *campi* universitários nos diversos países do Mercosul; seleção de docentes, estudantes, pesquisadores e gestores; validação automática dos diplomas; e mobilidade acadêmica.

O Governo fortaleceu a interlocução com entidades da sociedade civil dos países do Mercosul por meio da realização do III Fórum Educacional do Mercosul a partir de cinco eixos temáticos: inclusão social por meio da educação; financiamento educacional; educação para a integração regional; educação em diferentes espaços de aprendizagem e cidadania; e direito à educação e valorização das trabalhadoras e dos trabalhadores da educação.

Na área da cooperação Sul-Sul, o Governo, por intermédio do MEC, desenvolveu diversos projetos de cooperação bilateral nas áreas de merenda escolar, formação de professores, avaliação educacional e construção de escolas, sobretudo com os países lusófonos – com destaque para Cabo Verde, Guiné-Bissau e Timor Leste.

g) Ações Integradas

O Programa Escola Aberta, implementado em parceria com a Unesco, está presente em 17 Estados e 75 Municípios. Esse Programa possibilitou que, em 2006, cerca de 1,4 mil escolas permanecessem abertas durante os finais de semana. As equipes locais, constituídas em cada uma das escolas participantes, são compostas por membros da comunidade escolar, responsáveis por organizar as atividades e ministrar as aulas e cursos, permitindo, assim, a melhoria na relação professor-aluno-família. Estima-se que sejam beneficiados, por final de semana, cerca de 250 mil pessoas nas diversas oficinas.

Em 14 Estados, em conjunto com universidades federais e estaduais, vem sendo implementado o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, que envolve a capacitação de profissionais da educação básica e da educação profissional e tecnológica no tema. A temática dos direitos humanos também está presente, de forma transversal, em uma série de projetos desenvolvidos pelo Governo Federal, tais como Gênero e Diversidade na Escola, – que permitiu a formação de 2,7 mil professores nas diretrizes do Programa Brasil sem Homofobia – e o projeto Saúde e Prevenção nas Escolas – com previsão de formar 1,5 mil profissionais da educação básica.

No âmbito do Programa Escola que Protege, foram formados 10 mil educadores e profissionais da rede de proteção à infância, até dezembro de 2006, beneficiando 200 mil crianças. O objetivo é que esses profissionais possam identificar situações de exploração de

trabalho infantil, de violência física ou psicológica, abandono, maus-tratos e abuso sexual de crianças e adolescentes.

A permanência das crianças na escola é uma das exigências do principal programa brasileiro de transferência de renda, o Bolsa Família. Ao final do primeiro semestre de 2006, apenas quatro Municípios brasileiros não tinham enviado informações sobre a frequência escolar dos cerca de 15 milhões de alunos oriundos de famílias beneficiadas pelo Programa. Quando o Projeto Presença for concluído, o sistema informatizado permitirá a verificação da presença do aluno em sala de aula, por meio do registro do cartão do estudante. O primeiro teste foi realizado em março de 2006, no município de Capão da Canoa (RS). As escolas da cidade receberam computadores e sistemas de leitura de cartão eletrônico e de biometria (digital do aluno).

h) Financiamento da Educação

A Emenda Constitucional que cria o Fundeb, proposta pelo Governo Federal, foi aprovada pelo Congresso Nacional em 2006. O novo Fundo, constituído por 20% de impostos e transferências constitucionais de Estados e Municípios e de uma parcela de complementação da União com vigência prevista para 14 anos, substitui com vantagem o Fundef. O número de alunos atendidos passa dos atuais 30,2 milhões para 48,1 milhões a partir do quarto ano de sua vigência, incluídas as matrículas na educação básica (creche, infantil, fundamental, média, de jovens e adultos e especial), com investimentos públicos anuais estimados em mais de R\$ 40 bilhões, já em 2007.

Somente em recursos específicos da União, que complementam os investimentos nos Estados com valor por aluno abaixo da média nacional, o crescimento será de 10 vezes: da média anual de R\$ 450 milhões do Fundef para R\$ 4,5 bilhões no terceiro ano de vigência do Fundeb. Pelo menos 60% dos recursos do novo fundo serão investidos na remuneração e valorização dos profissionais da educação de escolas públicas, melhorando a capacidade docente e, conseqüentemente, o aprendizado do aluno, o que inclui a criação de um piso salarial nacional para os professores. Com vistas a fazer com que o Fundeb passe a vigorar já no início do ano letivo de 2007, o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 339, de 28 de dezembro de 2006, que regulamenta o mencionado Fundo.

Antecipando-se à aprovação do Fundeb pelo Congresso, o Governo Federal implantou o Programa de Equalização das Oportunidades de Acesso à Educação Básica (Prodeb), que repassou às redes estaduais de ensino médio, somente em 2006, de forma emergencial, R\$ 400 milhões para a compra de material pedagógico, reforma de prédios, formação docente e pagamento de taxas públicas como água, luz e telefone.

i) Democratização da Gestão Nacional da Educação

Por meio do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica, quatro mil diretores de instituições de ensino públicas foram capacitados em 2006. Outros dois programas nacionais criados neste Governo, o de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação (Pró-Conselho) e o de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, colaboram para aumentar a eficiência e democratizar a gestão escolar, ampliando a participação da sociedade nas decisões. O Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação (Pradime), por sua vez, fornece formação continuada a secretários e diretores de departamento. Ressalta-se, ainda, o Programa Formação pela Escola, resultante de parceria entre o FNDE e SEED/MEC, visando à capacitação de pessoas para a adequada utilização dos recursos do FNDE nos Estados e Municípios, utilizando a modalidade de educação a distância. O projeto-piloto nacional capacitou 1.100 cursistas envolvidos com a execução, acompanhamento, avaliação, controle e prestação

de contas de programas do FNDE, em seis unidades da federação. Para o ano de 2007 estão matriculados 2.000 cursistas.

Para o tratamento e disseminação mais qualificados das informações e estatísticas pertinentes ao ensino, foi criado o Índice de Vulnerabilidade Educacional dos Municípios, que considera dimensão territorial, número de vagas nas escolas, estrutura disponível nas instituições de ensino e vulnerabilidade social, com atendimento prioritário das cidades com assentamentos agrários. Outro indicador, o de Caracterização da Escola, tem base nos dados do Censo Escolar e complementa os estudos sobre a qualidade da oferta educacional. As duas iniciativas demonstram o esforço do Governo em tornar mais acessíveis as informações produzidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e, com isso, aprimorar as políticas públicas adotadas e a própria administração das instituições.

Outro exemplo dessa orientação é o novo formato do Censo Escolar da Educação Básica. Conforme dados de 31 de outubro do exercício anterior, 241.727 escolas responderam ao censo de 2006, contabilizando 55.495.624 estudantes. O Cadastro de Alunos, Docentes e Escolas (Cadmec), uma das novas ferramentas do censo, encontra-se em fase final de implementação, com 52 milhões de alunos já cadastrados. A partir de 2007, será implementado o Censo Escolar Web, com a coleta de informações individualizadas de estudantes e professores, permitindo acesso a informações mais precisas sobre a realidade educacional brasileira e a utilização mais eficiente dos recursos públicos.

4. Saúde

Em 2006, novos e importantes avanços foram registrados no processo de construção permanente do Sistema Único de Saúde (SUS). Entre esses avanços, destaca-se o Pacto pela Saúde no Brasil, firmado entre os gestores nacional, estaduais e municipais do SUS em fevereiro de 2006, que tem expressão concreta numa Agenda de Compromissos, na qual estão definidas macroprioridades articuladas e integradas em três dimensões: (i) Pacto pela Vida; (ii) Pacto em Defesa do SUS; e (iii) Pacto de Gestão. Por intermédio desses Pactos, busca-se estabelecer um novo padrão de relacionamento do SUS com a sociedade, pautado pela identificação de problemas a serem enfrentados pelo Sistema e baseado no compromisso em torno de uma Agenda que contribua para a qualidade de vida e a inclusão social.

Na condição de coordenador nacional, o Ministério da Saúde (MS) implementa um conjunto de estratégias para fortalecer o SUS, apóia e promove ações e serviços voltados à efetiva consolidação desse Sistema e na melhoria da eficiência e eficácia das políticas sociais e práticas empreendidas. Tais esforços visam, essencialmente, gerar impacto na qualidade da atenção prestada e, conseqüentemente, contribuir para a melhoria das condições de vida da população. Nesse sentido, a atuação do MS concentra-se na formulação e implementação das políticas públicas em todas as áreas de abrangência do SUS, as quais são concretizadas, sobretudo, mediante a cooperação técnica e financeira aos Estados e Municípios.

a) Atenção Básica

a.1) Saúde da Família

Para a organização da atenção básica no País – mediante a qual é possível a resolução da maioria dos problemas de saúde –, o MS tem priorizado a implantação/implementação da estratégia de Saúde da Família, adotando-a como eixo estruturante desse

nível de atenção. Entre os resultados alcançados, em 2006, destaca-se o aumento da cobertura populacional das equipes de Saúde da Família e das equipes de Saúde Bucal. A cobertura da Saúde da Família evoluiu de um percentual de 30,4%, em 2002, para 45,9%, em outubro de 2006. Já a cobertura da Saúde Bucal, nesse mesmo período, passou de 17,5%, em 2002, para 39,2%. Atualmente, estão em plena atuação nos Municípios brasileiros 26.520 equipes de Saúde da Família, 14.775 de Saúde Bucal e 218.410 agentes comunitários de saúde.

Tais resultados indicam como desafios, em 2007, a expansão e a consolidação do Programa Saúde da Família (Proef), nos grandes centros urbanos.

a.2) Saúde Bucal

O Programa Brasil Sorridente – que operacionaliza a Política Nacional de Saúde Bucal – é uma prioridade do Governo, cujas ações estão sendo expandidas com a implantação de Centros de Especialidades Odontológicas (CEO). Até o mês de outubro de 2006, foram implantados 465 CEO e realizados mais de 4,1 milhões de procedimentos especializados. Na área de atenção à saúde bucal, também, em 2005, entraram em funcionamento, em seis Estados, 205 novos sistemas de fluoretação da água de abastecimento público, beneficiando cerca de 2,4 milhões de pessoas. Outros 395 projetos estão em fase de implantação.

Entre os desafios para 2007, incluem-se a negociação, junto às Secretarias Estaduais de Saúde, da ampliação da participação dos governos estaduais no financiamento das ações; a instituição de financiamento destinado a ampliar as ações de ortodontia e implantodontia no âmbito do SUS; a ampliação da participação do Governo Federal no custeio dos serviços; e a promoção de adequações nos sistemas de informações em saúde de base nacional.

b) Atenção Especializada de Média e Alta Complexidade

Na Atenção Especializada de Média e Alta Complexidade, é importante destacar, inicialmente, a revisão de todas as regulamentações vigentes, com o objetivo de: (i) estimular a mudança do modelo de atenção, organizando a prestação de serviços em redes, especificando ações, serviços e responsabilidades e qualificando essa atenção; (ii) facilitar, qualificar e integrar o atendimento de média e alta complexidade em todo o País; e (iii) avançar na definição de diretrizes e protocolos diagnósticos e terapêuticos em todos os níveis da atenção, que estimulem a boa prática e permitam uma maior e melhor regulação, controle e avaliação dos serviços prestados.

b.1 Assistência Cardiovascular

Uma das principais conquistas na área da assistência cardiovascular foi a regulamentação do funcionamento dos serviços, com credenciamento qualificado das unidades de assistência, realizada de forma vinculada com outras ações, visando a integralização do cuidado, de modo a preencher lacuna existente entre o cuidado básico e a alta complexidade. O aumento substancial de recursos injetados no sistema e a ênfase em estudos de qualidade e acessibilidade também merecem ser ressaltados. Foram credenciados/habilitados em 2006, 180 serviços (77,92%) dos 231 processos encaminhados pelos gestores.

A partir de 2007, destacam-se como desafios importantes a conclusão do credenciamento/habilitação dos serviços; a implementação do registro brasileiro de cirurgia cardíaca; a elaboração do Manual de Controle e Avaliação; a avaliação dos

estabelecimentos de saúde já credenciados; e a realização de estudo de eficácia de toda a área endovascular.

c) Saúde Auditiva

A implantação da Política Nacional de Atenção à Saúde Auditiva, instituída pela Portaria GM/MS nº. 2.073, de 28 de setembro de 2006, promoveu ações voltadas à prevenção e promoção da saúde auditiva na atenção básica, à organização do atendimento no âmbito da média complexidade e ao aprimoramento do atendimento de alta complexidade. Ao final de 2006, já estavam habilitados 91 serviços, que realizam o atendimento integral (avaliação, seleção e adaptação de Aparelho de Amplificação Sonora Individual (AASI), fornecimento da prótese, acompanhamentos e terapias fonoaudiológicas). A perspectiva é de que, em 2007, seja concluído o processo de credenciamento/habilitação dos serviços; construídos os indicadores de avaliação da Política; elaborado o Manual de Controle e Avaliação; e efetivado o estudo realizado para redução dos valores de AASI.

d) Mutirões de Cirurgias Eletivas

Com o objetivo de ampliar o acesso aos procedimentos cirúrgicos de média complexidade e, assim, reduzir as filas de espera existentes, o MS, além de dar continuidade aos mutirões de cirurgias eletivas, ampliou o elenco desses procedimentos que contemplavam somente quatro procedimentos cirúrgicos (catarata, retinopatia diabética, próstata e varizes), incluindo três outras especialidades – oftalmologia, urologia e cirurgia vascular. Ao lado disso, deu início à estruturação da rede, instituindo para tanto a Política Nacional de Procedimentos Cirúrgicos Eletivos, que possibilitou a ampliação desse elenco para 84 procedimentos, contemplando, assim, 10 especialidades (traumato-ortopedia, otorrinolaringologia, oftalmologia, urologia, ginecologia, cirurgia vascular, proctologia, cirurgia geral, mastologia e gastroenterologia). Cabe ressaltar que 77% dos Municípios (4.267) aderiram à nova Política, em 100% dos Estados brasileiros.

e) Triagem Neonatal

O Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN) realiza, na população de neonatos, o rastreamento para detecção das doenças metabólicas e outros tipos de patologias, como as hematológicas, infecciosas e genéticas. Alcançada a meta estabelecida na implantação do Programa, com a adesão de 100% dos Estados, o PNTN conta com 14 Estados habilitados na Fase I, 10 na Fase II e três na Fase III. Em decorrência, a cobertura de nascidos vivos submetidos à triagem passou de 69,07%, em 2002, para 85%, em 2006, com evolução/crescimento absoluto de 14,93% no período de 2003 a 2006.

Em 2007, o MS deverá apoiar a mudança de fases dos Estados com capacidade para tal (10 Unidades Federadas para a Fase I, quatro para a Fase II e cinco para a III); publicar os indicadores para o processo de avaliação; adequar o PNTN às novas regras estabelecidas no “Pacto pela Saúde”; criar ata de registro de preços dos produtos de saúde da triagem neonatal, de modo a facilitar a sua aquisição pelos gestores locais; e implantar sistema de controle de qualidade do PNTN.

f) Hospitais de Ensino

O Programa de Reestruturação dos Hospitais de Ensino visa otimizar a relação desses hospitais com o SUS, mediante a melhoria das condições de ensino, pesquisa e assistência. Desde a sua implementação, em 2004, 131 hospitais já foram certificados

segundo os critérios da Portaria Interministerial nº. 1.000, de 15 de abril do referido ano. Ao lado disso, deve ser incorporado o desenvolvimento tecnológico da unidade, numa perspectiva de inserção e integração à rede de serviços do SUS, segundo critérios de necessidade da população respectiva.

Para 2007, prevê-se a implantação de um Sistema Informatizado de certificação que permita agilidade no processo; revisão dos critérios de certificação definidos na Portaria Interministerial MEC/MS nº. 1.000 e definição da metodologia de re-certificação dos hospitais.

g) Hospitais de Pequeno Porte

A Política Nacional para Hospitais de Pequeno Porte (HPP) integra 397 hospitais, distribuídos em 10 Estados. A partir dessa integração, os HPP deixam de receber recursos financeiros somente após a prestação de contas de cada serviço realizado e passam a contar com um orçamento global, para cumprir uma série de metas destinadas a ampliar e qualificar a atenção à saúde da população, como a oferta de atendimento humanizado, com acolhimento apropriado; a participação em políticas prioritárias do SUS, como as de saúde da mulher e do trabalhador, de saúde bucal, de prevenção e controle do HIV/DST/Aids; e a integração no sistema de referência hospitalar no atendimento às urgências e emergências.

Esses hospitais realizam procedimentos de baixa complexidade, como atendimento pediátrico, obstétrico e odontológico, além de cirurgias clínicas, e constituem importante ponto de apoio para o Programa de Saúde da Família (PSF). No quadro a seguir, está apresentada a população atendida por Unidade da Federação nos HPPs, até outubro de 2007.

Atendimento em Hospitais de Pequeno Porte

UF	Hospitais de Pequeno Porte (HPPs)	População Atendida
CE	63	908.987
PR	65	434.304
SE	22	405.285
PI	74	521.602
TO	24	191.441
PE	36	608.202
BA	32	462.445
RN	24	171.449
MG	17	139.802
MS	40	434.304
Total	397	4.277.821

Fonte: CGHOSP/SAS/MS

A partir de 2007, destacam-se como objetivos: ampliar o número de HPPs integrados à Política Nacional para cerca de 300 hospitais de pequeno porte, por ano; disciplinar a adequação dos critérios de participação para os Estados participantes da região da Amazônia Legal; desenvolver metodologia para reajuste financeiro do custeio dessas unidades; definir a nova proposta financeira; desenvolver e implantar o módulo para acompanhamento e avaliação da Política Nacional para os Hospitais de Pequeno Porte; ampliar os recursos para manutenção da Política, custeio e investimentos; e aperfeiçoar o sistema de informações desenvolvido pelo Departamento de Informática do SUS (Datasis).



h) Hospitais Filantrópicos

O Programa de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no SUS foi instituído pela Portaria nº. 1.721, de 21 de setembro de 2005, e tem como objetivo buscar alternativas de apoio para o enfrentamento da crise que essas instituições apresentam. Esse Programa adota o critério de adesão e reúne grande potencial de qualificação da assistência, da gestão e do processo de descentralização. A etapa I, relativa à adesão de 756 hospitais, já foi concluída. A etapa II está programada para 2007.

i) Terapia Intensiva

A Política de Terapia Intensiva no SUS defrontou-se com restrições que foram abordadas em duas linhas estratégicas: a primeira, referente à quantidade de leitos existentes e, a segunda, relacionada à necessidade de se implementar uma política pública mais qualificada e adequada às reais demandas dessa assistência. Em 2003, a situação era de 11.293 leitos de UTI destinados aos usuários do SUS, o que representava uma cobertura de 1,96% em relação à necessidade de leitos da população brasileira, quando o preconizado é, no mínimo, 4%.

Nos últimos quatro anos, o Governo, por intermédio do MS, credenciou mais 3.172 leitos novos de UTI e reclassificou mais 874 leitos do tipo I para o tipo II. Esses credenciamentos melhoraram sensivelmente a cobertura de leitos de UTI, que alcançou o percentual de 4,81% para leitos do SUS, e 9,50% quando considerado o total de leitos existentes no País.

Tendo em conta a complexidade do tema qualidade hospitalar – a qual perpassa todas as políticas e programas voltados para a atenção hospitalar –, o Governo tem concentrado esforços no sentido de estimular um movimento progressivo de qualificação dos hospitais brasileiros, mudando os modelos de atenção e gestão predominantes na rede do SUS, por intermédio de uma Política de Qualidade dos Serviços de Saúde Hospitalar.

j) Atenção às Urgências e às Emergências

Uma outra prioridade é a Política Nacional de Atenção às Urgências e às Emergências, com ênfase na implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu-192). Esse serviço está presente em 817 Municípios de 26 unidades da federação, incluindo o Distrito Federal, e cobre uma população de 89,2 milhões de pessoas. No final de 2006, já estavam implantados 111 serviços, que beneficiarão 91,2 milhões de pessoas de 906 Municípios. Além das 1.045 ambulâncias, sete ambulâncias e 3.222 equipamentos adquiridos e distribuídos, o Samu conta com dois helicópteros e 13 ambulâncias de suporte básico de vida, mediante convênio feito com a Polícia Rodoviária Federal.

A partir de 2007, planeja-se implementar políticas multisetoriais de promoção da qualidade de vida e saúde e diretrizes já definidas pelo HumanizaSUS; qualificar os hospitais e suas portas de urgências; pactuar e efetivar a implementação de um conjunto de ações de qualificação da atenção básica para o adequado atendimento às urgências mais frequentes e de menor complexidade; implantar a Rede de Unidades não Hospitalares de Atendimento de Urgências; e implantar os Núcleos de Educação em Urgências.

Prevê-se também em 2007, a implantação de 55 novos serviços Samu, para os quais serão adquiridas e habilitadas 570

ambulâncias. Ainda em 2007, deverão ser adquiridos e habilitados um helicóptero, um avião e sete ambulâncias; a operacionalização de protocolos de regulação e intervenção no Samu; a implantação do *software* nas Centrais de Regulação Médica de Urgência; a capacitação de multiplicadores para o curso de Regulação Médica; e a ampliação da habilitação de ambulâncias da Polícia Rodoviária Federal.

k) Transplantes

Na área de transplante, o País tem registrado importante crescimento. Somente no ano de 2006, foram realizados mais de 15.500 transplantes de órgãos e tecidos. Outro resultado a destacar em 2006 foi a criação e a autorização das Centrais de Transplantes dos Estados do Acre, do Amapá e de Rondônia. Em 2006 foram realizados 12 cursos de formação de coordenadores de transplantes nos Estados e no Distrito Federal capacitando cerca de 1.200 profissionais, e o primeiro curso de capacitação de técnicos para retirada de córneas, treinando 50 enucleadores da região Centro-Oeste. Efetivou-se a alteração no critério de distribuição de fígado, para o atendimento prioritário às urgências e implantou-se em todo o País o sistema informatizado SNT 5.0, o que otimizou o processo de doações (em 2006 foram realizadas 1.055 doações de órgãos e 7.438 doações de tecidos). O Registro Nacional de Doadores Voluntários de Medula Óssea (Redome) tem cadastrados 300.000 doadores voluntários de medula óssea. Houve um incremento de mais de 100% no número de leitos autorizados para a realização de Transplantes de Células-Tronco Hematopoéticas (transplante de medula óssea).

l) Sangue e Hemoderivados

Em relação à Política Nacional do Sangue e Hemoderivados, merece destaque o projeto de implementação da hemorrede do norte do País, inserido no Projeto Amazônia Legal, que buscou a equidade entre os Estados da região e a redução das desigualdades regionais, qualificando o processo de gestão.

Entre os resultados alcançados, em 2006, cabe registrar a realização do curso de especialização em Gestão em Hemocentros para a hemorrede pública. O programa de atenção aos portadores de Coagulopatias hereditárias teve seu elenco de medicamentos ampliado e a necessidade anual contemplada, destacando a aquisição de 244 milhões de Unidade Internacional (UI) de fator VIII, para atendimento de sete mil portadores de hemofilia A. O programa de atenção às pessoas com doença falciforme e outras hemoglobinopatias capacitou 6.986 profissionais de saúde para o atendimento multidisciplinar destes pacientes.

m) Assistência Farmacêutica

Na assistência farmacêutica, em 2006, foram destinados 11,5% do total do orçamento da saúde – o que representa cerca de R\$ 4,2 bilhões, para a aquisição de medicamentos distribuídos gratuitamente na atenção básica, além dos medicamentos excepcionais e dos classificados como estratégicos, nestes incluídos os anti-retrovirais.

Outro resultado importante obtido – que produzirá impacto na autonomia de produção de medicamentos e no acesso a estes produtos – é o investimento em transferência de tecnologia. Destaca-se o acordo de transferência de tecnologia para produção de Interferon alfa 2b humano recombinante e de eritropoetina humana, medicamentos utilizados no tratamento das hepatites e de renais crônicos, com investimento de mais de R\$ 250 milhões. Esse acordo marcou oficialmente a inauguração de uma nova



área de atuação da Fundação Oswaldo Cruz no desenvolvimento e produção de biofármacos.

Cabe destacar, ainda, que o Programa Farmácia Popular do Brasil já colocou em funcionamento 230 unidades (conforme última atualização do SMP), em 189 Municípios. Além disso, credenciou três mil farmácias da rede privada para oferecer medicamentos para portadores de hipertensão e de diabetes, beneficiando um milhão de pessoas, entre março e novembro de 2006.

Também em 2006, duas medidas normatizaram o uso de medicamentos fitoterápicos e plantas medicinais no SUS. A Portaria 971 do MS relativa ao uso de planta medicinais e fitoterapia, homeopatia, acupuntura e termalismo no tratamento do SUS. O Decreto nº 5.813, institui a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e estabelece as linhas de ação prioritárias para o seu uso racional.

Ainda em 2006, também teve continuidade o processo de implantação da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás), integralizando mais uma parcela do capital social da empresa, no valor de R\$ 35 milhões. Em cooperação com a Coordenação da Política Nacional de Sangue e Hemoderivados, foi estabelecido convênio pelo qual já foram qualificados cinco hemocentros (Ribeirão Preto, Hemope/Pernambuco, Hemopa/Pará, Hemoam/AM e Hemorio/RJ) para o fornecimento de plasma de qualidade industrial. Em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz – Biomanguinhos, Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Instituto de Biologia Molecular do Paraná (IBMP), foi desenvolvido o Teste de Ácido Nucléico (NAT) para detecção dos vírus da Aids e da Hepatite C, para uso na Hemorrede Nacional, com início dos testes previsto em 2007 e elaborado o estudo multicêntrico de validação do teste para diagnóstico da doença de Chagas.

Nessa área, destacam-se como desafios da Hemobrás para 2007: a contratação da empresa responsável por realizar a transferência de tecnologia, proporcionando um avanço substancial nas atividades atinentes à produção de hemoderivados; o início da produção de cola de fibrina, em área cedida pelo Hemocentro de Pernambuco (Hemope); a validação da produção da cola vírus-inativada, cujo início da distribuição está previsto para ocorrer em junho de 2007; e o teste-piloto multicêntrico e de larga escala, em diversos hemocentros brasileiros, para a primeira avaliação de campo do teste NAT nacional.

n) Saúde Suplementar

A atuação de regulação no tocante à saúde suplementar alcançou, num primeiro momento, o saneamento desse mercado, a partir do que muitas operadoras, que não cumpriam os requisitos mínimos relativos às garantias financeiras e à capacidade de solvência, terminaram por entrar em processo de liquidação. Cabe destacar, também, o trabalho de fiscalização – tanto reativa, quanto pró-ativa –, cujo papel fundamental é o saneamento e funcionamento do mercado de saúde suplementar. Nos últimos três anos, as ações de fiscalização apresentaram crescimento da ordem de 70,7%.

o) Prevenção e Controle de Doenças e Agravos

O Grupo Executivo Interministerial de Preparação para uma Pandemia de Influenza (GEI) foi criado por decreto presidencial, em outubro de 2005, com a finalidade de acompanhar e propor as medidas emergenciais necessárias para a implementação do Plano de Contingência Brasileiro para a Pandemia de Influenza, visando a sua prevenção e controle no território nacional.

Foi formado um estoque estratégico do medicamento antiviral (Oseltamivir), além de investimentos da ordem de R\$ 30 milhões para a instalação da primeira fábrica de vacinas contra a gripe em um País em desenvolvimento e reforçada a rede sentinela de vigilância do vírus da gripe. Também foram cadastrados os 18 sítios de aves migratórias de importância para a saúde pública e animal e realizados monitoramentos e campanhas de educação sanitárias nessas localidades. Além disso, foram implantadas 59 unidades sentinelas para identificação dos tipos de vírus da gripe, localizados em 25 Estados e no Distrito Federal.

A partir dos trabalhos do GEI, as salas de situação do Governo Federal estão sendo integradas, permitindo acesso rápido à informação pelas autoridades em casos de emergência. Foi criado um Plano de Contingência para os portos e aeroportos brasileiros e as unidades militares de saúde foram preparadas para o atendimento em caso de uma pandemia atingir o País.

Entre janeiro e setembro de 2006, destaca-se o Programa Nacional de Controle da Dengue, que tem priorizado as ações de mobilização social, com a realização permanente de campanhas educativas e o Dia Nacional de Mobilização contra a doença.

Houve aumento da capacidade instalada para o controle da malária, no período de 2003 a 2006, principalmente com a descentralização do diagnóstico, favorecendo a sua agilização e, em consequência, redução das internações hospitalares. Entretanto, registrou-se um aumento de 45% na incidência da malária no período de 2003 a 2005. Esse aumento deveu-se, principalmente, à intensa e desordenada ocupação das periferias das capitais dos Estados do Amazonas (Manaus) e de Rondônia (Porto Velho), e no Município Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre. Esses municípios concentraram 26,2% dos casos de malária da região. No período de janeiro a outubro de 2005 e em 2006, registrou-se a incidência de 22 e 19,1 casos por mil habitantes, respectivamente (o que representa uma redução de 13,2% na incidência da doença). Assim, em 2006, constata-se uma inversão na tendência de aumento na incidência da doença registrada a partir do ano de 2003. É importante destacar que oito dos nove Estados da Amazônia Legal apresentam redução no número de casos e de internações, quando comparado com o mesmo período de 2005. O número de internações por malária foi reduzido em 21,8%.

A hanseníase é uma doença endêmica que tem apresentado redução significativa na quantidade de casos no País – de 16,4 por 10.000 habitantes, em 1985, para 1,48 por 10.000 habitantes, em 2005 –, aproximando-se da meta proposta pela Organização Mundial de Saúde (OMS) de eliminação da doença como problema de saúde pública.

O controle da tuberculose também tem sido tratado como prioridade pelo Governo Federal, sendo notificados anualmente cerca de 93 mil casos. Cabe registrar a expansão do Programa Nacional de Controle da Tuberculose (PNCT): de 42,6% para 51% na rede do SUS, no ano de 2005. Acresce-se a essa expansão que, até setembro de 2006, 4.411 dos serviços de saúde fornecem a medicação para tuberculose nos Municípios prioritários, adotam a estratégia do tratamento supervisionado recomendada pela OMS, para melhoria das taxas de cura, reduzindo internações, óbitos e a resistência aos medicamentos atualmente disponíveis.

A implementação do Programa de Prevenção e Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST – e Aids é um destaque importante da ação governamental, pelo qual 175 mil pessoas, até setembro de 2006, já tiveram acesso ao tratamento com os medicamentos antiretrovirais, usados no tratamento da doença. No âmbito da prevenção, é importante destacar as ações de promoção dos direitos humanos e de enfrentamento do estigma, do preconceito e da homofobia, como formas de reduzir a vulnerabilidade da população ao HIV e à Aids.

Em relação às campanhas de vacinação contra a poliomielite, dados consolidados do Programa Nacional de Imunização indicam que 16,1 milhões de crianças menores de cinco anos de idade tomaram a vacina na primeira etapa, o que representa uma cobertura de 94,56%. A segunda etapa, realizada no dia 26 de agosto de 2006, alcançou uma cobertura de 95,46%, o que significa que cerca de 16,3 milhões de crianças menores de cinco anos tomaram a vacina. Foram mobilizadas cerca de 340 mil pessoas, entre servidores públicos e voluntários, em mais de 110 mil postos de vacinação em todo o País. Nas duas etapas, o MS aplicou cerca de R\$ 38,7 milhões na compra de vacinas, na divulgação e no repasse de recursos para Estados e Municípios.

Já a Campanha Nacional de Vacinação do Idoso, realizada no período de 24 de abril a 5 de maio de 2006, imunizou 85,72% das pessoas com mais de 60 anos de idade, o que corresponde a 13.517.739 idosos. O resultado ultrapassa a meta de cobertura recomendada pela OMS, que é de 70% dos idosos. O percentual de cobertura vacinal adequada alcançado nos 5.564 Municípios corresponde a 96,66%, considerando que somente 186 Municípios não alcançaram a meta recomendada.

Em 2006, também, foi implantado o Centro de Informações Estratégicas de Vigilância em Saúde (Cievs). Esse Centro possui recursos humanos, físicos e tecnológicos necessários para receber notificações, detectar rumores, verificar e responder oportunamente aos surtos e emergências em saúde pública de relevância nacional. Está disponível um serviço telefônico exclusivo para notificação, 24 horas diárias, denominado Disque Notifica (0800-644-6645). Além desse, outros meios também podem ser utilizados, como o E-notifica (notifica@saude.gov.br) e o formulário eletrônico do sítio da Secretaria de Vigilância em Saúde (<http://www.saude.gov.br/svs>), na área “Surtos e Emergências em Saúde Pública”. Nesse sítio, estão publicados os informes técnicos sobre investigações de eventos de relevância nacional, dando transparência e visibilidade às ações realizadas pelo Ministério da Saúde, em parceria com Estados e Municípios. Em sete meses de funcionamento, o Cievs monitorou 151 emergências em saúde pública, que afetaram aproximadamente 20.200 pessoas e, indiretamente, cerca de 200.000 a 800.000 habitantes nas áreas de ocorrência. No conjunto das emergências monitoradas, estão as investigações de Síndrome Neurológica por carência de vitamina B1 (Beribéri), no Maranhão, surto de rubéola em Minas Gerais e Rio de Janeiro, entre outros eventos de relevância nacional.

A elevação constante da incidência e prevalência das doenças e agravos não transmissíveis (Dant), nas últimas décadas, indica como prioridade para o SUS a estruturação das ações de vigilância epidemiológica específicas para esse grupo de doenças. Entre as atividades realizadas, em 2006, merecem destaque: a estruturação da Vigilância de Dant, com a implementação do Vigitel (vigilância de fatores de risco para doenças crônicas não-transmissíveis por entrevistas telefônicas); a sistematização do Plano Nacional de Dant; a cooperação técnica com a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) e a Agência de Saúde Pública do Canadá no projeto Observatório de políticas da iniciativa – Conjunto de Ações para a Redução Multifatorial voltada para Doenças Não-Transmissíveis (Carmem)–, que tem como finalidade a implementação de um conjunto de ações para redução multifatorial das enfermidades não-transmissíveis.

p) Vigilância Sanitária

No contexto da vigilância sanitária, registre-se inicialmente a realização de mais de um milhão de fiscalizações sanitárias em portos, aeroportos, postos de fronteiras e terminais alfandegados, além de cerca de 14 mil fiscalizações de produtos e de serviços sujeitos ao controle da vigilância sanitária, em 2006.

Por seu lado, cabe destacar a implantação do Bulário Eletrônico no sítio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que vem se conformando como ferramenta de utilidade social para informações sobre medicamentos. Até setembro de 2006, o número de visitas chegou a 133.124. Nessas visitas, estão incluídos países como Japão, México, Argentina, Itália e Portugal.

Em 2006, também teve continuidade e foi ampliado o Programa Nacional de Verificação da Qualidade de Medicamentos (Proveme), que realiza o monitoramento da eficácia, segurança e qualidade desses produtos. Foram realizadas análises em amostras de medicamentos coletados pela Anvisa e por 13 áreas de vigilância sanitária (Visa) estaduais.

Acresce-se, também em 2006, a proibição da fabricação e distribuição de 255 medicamentos similares, de alto risco sanitário, devido à insuficiência dos testes de biodisponibilidade relativa, realizados em seres humanos, assim como a avaliação dos preços para a entrada no mercado de 2.859 novas apresentações e medicamentos novos, em cumprimento à Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, além de inspeções internacionais em cerca de 843 unidades fabris de medicamentos, que exportam para o Brasil, nivelando-as ao padrão de qualidade nacional.

Entre os desafios a serem enfrentados, a partir de 2007, no âmbito da vigilância sanitária, destacam-se a promoção da qualificação da gestão e a harmonização dos processos de trabalho nas áreas de portos, aeroportos e fronteiras; a definição de indicadores relacionados aos objetos prioritários de vigilância sanitária; a consolidação e ampliação da estratégia de vigilância e monitoramento de eventos adversos e queixas técnicas relacionadas ao uso de produtos e serviços de saúde, concluindo a implantação do Sistema Informatizado de Notificações de Eventos Adversos (Notivisa); a elaboração da política de laboratórios analíticos para a vigilância sanitária, reestruturando e implementando uma rede de laboratórios, com garantia do financiamento das análises; e a implantação de um sistema nacional de informação em vigilância sanitária.

q) Monitoramento e Avaliação

Em consonância com a prioridade do Governo para a eficácia e a moralidade na gestão dos recursos públicos, foi criado o Departamento de Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS, por meio do Decreto nº 5.841, de 13 de julho de 2006, o que possibilitou o alcance de importantes resultados, como a elaboração e distribuição do Painel de Indicadores do SUS – revista destinada aos conselheiros de saúde, gestores, órgãos de ensino e pesquisa, entidades de trabalhadores e sociedade civil; elaboração e distribuição do filme “História das Políticas de Saúde no Brasil”, em versões de média e longa-metragem (com 10 mil exemplares, em formato DVD), destinado aos processos de formação de conselheiros de saúde, estudantes, trabalhadores do SUS e sociedade civil; o diagnóstico avaliativo dos movimentos de saúde na zona leste de São Paulo, pesquisa envolvendo 930 participantes dos movimentos sociais; difusão do trabalho de monitoramento e avaliação do SUS, por intermédio de cursos, oficinas e painéis, nos Congressos Brasileiro de Saúde Coletiva, Mundial de Saúde Pública, Brasileiro de Enfermagem, Nacional da Rede Unida; e o lançamento do Prêmio Sérgio Arouca de Gestão Participativa 2006.

Ainda em 2006, procedeu-se à unificação dos serviços de Discagem Direta Gratuita, sob responsabilidade do Ministério da Saúde, atendendo somente no número 0800 61 1997, com intuito de facilitar a memorização e acesso para melhor servir ao cidadão, o que permitiu por meio do Serviço Disque Saúde atendimento de 31.828.568 ligações, somados os anos de 2005 e 2006. Em 2006, foi desenvolvido também o sistema OuvidorSUS, visando modernizar o canal de comunicação entre o MS e o cidadão, o que tem possibilitado o recebimento de 2.000 manifestações por mês, considerando todos os canais de acesso

(correspondência, correspondência eletrônica, 0800 e outros).

É importante registrar que, em 2006, foram realizadas aproximadamente 3.800 ações de auditorias; 630 atividades técnicas extras; 2.540 apurações de denúncias de Cartas SUS; 7.530 unidades auditadas; mais de 2.900 programas fiscalizados em cerca de 25% do total de Municípios brasileiros; R\$ 24,5 bilhões de recursos auditados; e R\$ 204 milhões com indicativo de glosas. Também foram realizadas 611 ações de auditoria relativas aos programas: Saúde da Família; Assistência Farmacêutica Básica; Vigilância em Saúde; Utilização dos recursos do Piso da Atenção Básica – Fixo; Relatório de Gestão e Plano de Saúde; Samu; Brasil Sorridente; Controle Social e Componente Municipal do SNA, em 84 Municípios. Ações compartilhadas com a Controladoria-Geral da União (CGU) permitiram a realização de 41 ações de fiscalização nos Estados de Santa Catarina e do Rio de Janeiro e 60 ações nos Estados do Acre, Alagoas e Bahia, além da fiscalização em 400 Municípios, com avaliação de 1.750 ações/programas e 200 unidades hospitalares, gerando 600 ações de avaliação dessas unidades.

5. Políticas Afirmativas

a) Igualdade Racial

No campo das políticas afirmativas de igualdade racial, o ano de 2006 representou a consolidação do projeto político que o Governo iniciou, em 2003, com a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, responsável por desenvolver, de forma pioneira, uma política de Estado para assegurar os avanços que o povo brasileiro espera na construção de um País livre e democrático, sem discriminação e preconceitos raciais.

Respostas concretas foram dadas às reivindicações históricas do movimento social, por meio de um programa de ações afirmativas voltado aos grupos discriminados do ponto de vista racial e étnico, com ênfase para a população afrodescendente. Assim, o Brasil inseriu a igualdade étnico-racial na agenda das políticas públicas fundamentais do Estado. Nessa construção, além da formulação de uma agenda de políticas públicas junto aos movimentos sociais e governos de Estados, do Distrito Federal e de Municípios, destacam-se as ações inclusivas nas áreas de saúde, educação, de resgate histórico e de direitos das comunidades remanescentes de quilombos e de integração de políticas no campo das relações internacionais.

Por intermédio do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial e cujo objetivo principal é a implementação de estratégias para a incorporação da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial nas ações governamentais de Estados e Municípios, foi incentivada a adoção de Planos de Promoção da Igualdade Racial nas esferas estaduais e locais de diversos entes da federação. Foram estabelecidos convênios para a elaboração dos Planos Estaduais de Promoção da Igualdade Racial nos seguintes Estados: Acre; Bahia; Ceará; Distrito Federal; Goiás; Maranhão; Pernambuco; Piauí; Rio Grande do Norte e Tocantins. Esses Planos estabeleceram as diretrizes para cada Estado nas ações transversais de saúde, educação, habitação, cultura, trabalho, assistência social, previdência social conforme as diretrizes do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial para negros, indígenas, ciganos e comunidades de terreiro. Os Planos Estaduais e Municipais configuram-se como uma primeira base para a conformação do sistema nacional de promoção da igualdade racial, que tornará efetivo o princípio da descentralização previsto na Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR).

No início de 2006, foi elaborado o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que integrou a PNPIR, incorporando, assim, os

resultados da I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Conapir). Por sua abrangência, legitimidade e ineditismo, o Plano será o principal documento para a política pública de promoção da igualdade racial e combate ao racismo em todos os níveis da Federação, vez que foi elaborado com a contribuição oferecida por diversos atores sociais, a partir de conferências preparatórias realizadas nas 27 Unidades Federativas, as quais definiram propostas locais e regionais na mesma perspectiva.

Na área da saúde, por exemplo, criou-se a Política Nacional de Saúde da População Negra, com ações estratégicas voltadas para soropositivos, pacientes acometidos de patologias falciformes, além de iniciativas específicas de atenção à saúde da população negra no SUS, bem como no aprimoramento da coleta e divulgação de dados que levam em consideração o recorte racial.

Na política de educação, tem-se conferido especial ênfase à promoção da diversidade no ensino superior, por meio da adoção de cotas para afrodescendentes, que em 2006 abrangeram 24 universidades federais e estaduais, atingindo cerca de 11 mil estudantes negros e indígenas. Já o Prouni e o Fies garantiram a oferta de financiamento e bolsas para assegurar a permanência dos estudantes afrodescendentes de baixa renda nas universidades particulares. No âmbito do Prouni foram beneficiados, em 2006, 63 mil negros e três mil indígenas. O Governo, também, tem atuado para viabilizar o cumprimento da Lei nº 10.639, de 2003, que instituiu a obrigatoriedade do ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira no sistema de ensino fundamental e médio, nos estabelecimentos públicos e particulares. O MEC também desenvolveu o curso de formação a distância Africanidades-Brasil, beneficiando – na temática da diversidade étnico-racial – cerca de 25 mil professores. Também está prevista a realização de sete seminários regionais por ano, a partir de 2007, para a capacitação de gestores de educação de Estados e Municípios que possuam áreas remanescentes de quilombos, a produção e distribuição de cerca de 1,6 milhão de exemplares de material didático e paradidático e o atendimento de 5,4 mil professores com os cursos de formação.

No plano internacional, cabe ressaltar três importantes iniciativas, em 2006. A primeira consistiu na elaboração do projeto de Convenção Interamericana de Combate à Discriminação Étnico-racial, que, além de enfocar novos direitos ligados ao tema da discriminação, proporcionou um mecanismo para a defesa dos direitos individuais e de grupos cujo acesso à justiça é dificultado ou negado em seus países de origem. A segunda foi o apoio à II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora (II CIAD), realizada no mês de julho, em Salvador, que afirmou a identidade africana e estreitou as relações do continente com as diversas regiões que se beneficiaram das diásporas negras. A terceira foi a realização, em Brasília, da Conferência Regional das Américas sobre os Avanços no Plano de Ação e Desafios contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, cuja finalidade foi a de avaliar as políticas de promoção da igualdade, previstas no Plano de Durban, aprovado na 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, ocorrida em 2001, em Durban, África do Sul, e reforçá-las no continente americano.

Os desafios para 2007 compreendem ações como a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial e o Projeto de Lei enviado pelo Executivo ao Congresso Nacional, em 2004, que estabelece cotas nas universidades federais para afrodescendentes e índios egressos de escolas públicas; e publicar e divulgar em âmbito nacional o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Planapir).

a.1) Programa Brasil Quilombola

Em relação às comunidades remanescentes de quilombos, o Governo avançou nas ações desenvolvidas no âmbito do Programa Brasil Quilombola, lançado em 2004. A ampliação dos estudos para regularização fundiária dos territórios quilombolas, a chegada de eletricidade, o incremento de recursos para a saúde e o investimento em educação e infra-estrutura marcaram a atuação governamental nessa área, em 2006.



Por meio de levantamentos realizados por pesquisadores de universidades federais, já foi revelada a existência de, pelo menos, 3.224 comunidades remanescentes de quilombos em território nacional. O Programa Brasil Quilombola atende a essas comunidades, articulando diversas políticas fundiárias, sociais e de infra-estrutura, que viabilizam o fornecimento de luz elétrica, alfabetização, saneamento, construção de habitação adequada e de escolas, implantação de infra-estrutura e políticas de saúde apropriadas a esse segmento comunitário. A execução da política incorpora a participação direta das lideranças quilombolas em diversos fóruns institucionais destinados à adequação das políticas públicas aos seus interesses e necessidades.

Atualmente, já são mais de 490 territórios em processo de regularização, no Incra, abrangendo mais de 500 comunidades. Desses processos, 31 territórios já receberam seus títulos, conferindo a 38 comunidades o direito de posse e domínio sobre a terra. Outros 43 territórios já obtiveram o reconhecimento do direito a terra por parte do Governo, com a publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação no Diário Oficial da União e dos Estados.

O Programa Luz para Todos já proporcionou a instalação de energia elétrica em 367 comunidades, beneficiando 9.142 famílias. O total de quilombolas beneficiados pelo Programa, até 2008, chegará a 22.650 famílias, em 969 comunidades. A atenção à saúde nessas comunidades conta com um incentivo especial, por meio do aumento em 50% no repasse de recursos para as equipes de saúde da família que atuam junto a populações quilombolas.

Enquanto busca consolidar ações para proporcionar o desenvolvimento sustentável dessas comunidades, são necessárias ações emergenciais, entre outras, de segurança alimentar e nutricional, como a que garantiu a distribuição de 212.921 cestas de alimentos para 66.500 famílias.

Para 2007, os principais desafios serão o reconhecimento oficial do público-alvo do Programa Brasil Quilombola; a ampliação dos investimentos em infra-estrutura, englobando a construção de estradas, pontes, unidades habitacionais e Centros de Referência Quilombola; e a erradicação do analfabetismo e consolidação do Programa Saúde da Família nas comunidades remanescentes de quilombos.

b) Igualdade de Gênero

Com o objetivo permanente de buscar a conquista da igualdade entre os gêneros, o Governo formulou e implementou políticas públicas especialmente dirigidas às mulheres e, sempre que possível, incorporou às políticas setoriais um olhar de gênero. Em 2007, estão previstas ações que contribuam para a consolidação desse objetivo, incorporando o combate às desigualdades como princípio gerador de democracia, desenvolvimento e paz social.

As raízes dessas transformações no universo formal do Estado foram plantadas, já em 2003, com a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), na Presidência da República, e a incorporação do desafio de redução das desigualdades de gênero e raça no Plano Plurianual. A partir desse marco, o Governo traçou objetivos e metas a serem atingidos e que, corroborados na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, transformaram-se em políticas públicas, atualmente em plena execução.

Ainda em 2006, iniciou-se, em conjunto com o Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM), a preparação da II Conferência Nacional de Mulheres, que ocorrerá em agosto de 2007, em Brasília.

Inserir o tema das relações de gênero como transversal nas políticas públicas foi trabalho incessante do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, instituído em abril de 2005. Nesse Comitê estão representados o Governo e a sociedade civil por meio do CNDM. Cabe destacar que, quanto à questão da gestão da transversalidade, no ano de 2007, além da realização da mencionada II Conferência Nacional, será priorizada a ampliação do número de organismos governamentais que implementem políticas específicas sobre a questão de gênero; e a capacitação das gestoras públicas dos Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres, em seminários específicos e no Fórum Governamental de Políticas para as Mulheres.

Para a implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) foram assinados 215 termos de compromisso pelos governos Estaduais e Municipais, até o final de 2006. A implementação do Plano foi fortalecida pela criação, nessas instâncias, de organismos governamentais de políticas para as mulheres. Durante esse período, passou-se de 13 para 125 organismos governamentais de políticas para as mulheres. Esses organismos articulam-se permanentemente e com o Governo Federal, por meio do Fórum Nacional de Organismos Governamentais.

b.1) Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher

Para enfrentar a violência de gênero, o País conta hoje com uma Política Nacional, assentada na ampliação da rede de serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência, na capacitação de profissionais na temática da violência de gênero, na promoção de mudanças na legislação que eliminem a discriminação e o preconceito sexista e no apoio e realização de intervenções educativas e culturais.

Está disponível, atualmente, uma rede de atendimento composta por 63 Casas Abrigo, 83 Centros de Referência, 14 Defensorias Públicas da Mulher e 392 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deams), além da Central de Atendimento à Mulher – “Ligue 180”, de abrangência nacional, criada pelo Governo, em novembro de 2005 em caráter experimental. Em 2006, a Central foi completamente reestruturada e funciona 24 horas por dia, nos sete dias da semana. Registra-se a média de 3.000 atendimentos/mês, entre denúncias, encaminhamentos a serviços especializados, orientações de procedimentos e informações sobre direitos.

Já chega a 5.000 o número de profissionais que lidam com a questão da violência nas áreas de segurança pública, saúde e assistência psicossocial e jurídica, que foram capacitados para maior eficácia no desenvolvimento de suas atividades. Foram estabelecidas normas técnicas para o funcionamento das Deams e dos Centros de Referência, com a participação ampla dos profissionais que atuam nos serviços. A adoção desses instrumentos, além de estabelecer um padrão técnico de qualidade único para todo o País, proporcionará também a captação de dados para o dimensionamento de políticas futuras.

Em 2006, receberam apoio direto do Governo 19 casas abrigo, 36 centros de referência e uma defensoria pública nas cinco grandes regiões do País. Vale ressaltar que, nos últimos três anos, o apoio financeiro e técnico atingiu mais de 90% dos serviços existentes. Ainda em 2006, foi disponibilizado, na página da SPM, o Sistema de Informações sobre Serviços de Atendimento à Mulher, permitindo que a sociedade tenha conhecimento das diferentes possibilidades de atendimento às mulheres em situação de violência.

Deve ser registrado que, em 7 de agosto de 2006, foi sancionada a “Lei Maria da Penha”, que tem como objetivo coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. A partir da vigência dessa Lei, as denúncias aumentaram em quase 50% nas Deams. Além desse fato, o Poder Judiciário está cumprindo uma das principais determinações da Lei, que é a criação de juizados específicos de violência doméstica e familiar contra a mulher. Atualmente, já são 70 desses Juizados distribuídos por 15 Estados.

Também, em 2006, o Governo aprovou a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, por meio do Decreto 5.948. Com isso, fortaleceu-se a atuação policial nas regiões de fronteira, em portos, aeroportos, rodovias, estações rodoviárias e ferroviárias. A política estabelece ações integradas nas áreas de Justiça e Segurança Pública, Relações Exteriores, Educação, Saúde, Assistência Social, Promoção da Igualdade Racial, Trabalho e Emprego, Desenvolvimento Agrário, Direitos Humanos, Promoção dos Direitos da Mulher, Turismo e Cultura. Assim, criou-se a concepção de que o enfrentamento ao tráfico deve ser uma ação transversal. Outra medida importante foi a determinação da capacitação de profissionais na prevenção e repressão ao tráfico e no atendimento às vítimas.

Em 2007, prevê-se a implementação de uma série de atividades, entre as quais destacam-se a ampliação da Central de Atendimento – Ligue 180; a ampliação da rede de serviços (Centros de Referência, Casas Abrigo, Defensorias Públicas) que atendem as mulheres vítimas de violência; e a elaboração do Plano de Ação para o Enfrentamento do Tráfico de Pessoas.

b.2) Autonomia, Cidadania e Trabalho

O Programa Pró-Equidade de Gênero tem por objetivo a promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no meio empresarial, por meio da outorga de um selo às empresas que adotarem medidas concretas de promoção da equidade/igualdade entre os gêneros. Na primeira edição 2005/2006, o Programa recebeu a adesão de grandes empresas dos setores eletro/energético, bancário, comunicação e agropecuário, e outorgou o Selo Pró-Equidade de Gênero 2007 às 11 empresas selecionadas. Um novo período de inscrições foi aberto, a partir de janeiro de 2007, com a inclusão de instituições e empresas, também, do setor privado.

Em parceria com importante instituição nacional, que conta com uma rede nacional de operadoras de microcrédito, o Governo capacitou e sensibilizou agentes financeiros, de forma que o atendimento as mulheres moradoras de regiões urbanas ocorra de modo mais adequado e seja ampliado o seu acesso ao microcrédito produtivo.

Para 2007, está prevista a continuidade do Pró-Equidade de Gênero nas empresas públicas, incorporando as instituições e empresas do setor privado na segunda edição do programa; a ampliação dos Comitês de Gênero no âmbito das Empresas e na Administração Pública; a valorização do trabalho doméstico e a continuação do processo de capacitação dessas trabalhadoras, além da priorização do Programa Trabalho Doméstico Cidadão, no que concerne à aquisição de moradia; a manutenção dos processos de capacitação, com vistas a capacitar mulheres e sensibilizar os agentes financeiros nas operações de microcrédito; a articulação com os bancos públicos, em especial o BNDES, no financiamento do microcrédito produtivo para as mulheres; a ampliação do Programa de Documentação das Trabalhadoras Rurais; e o aprofundamento das políticas de crédito para as mulheres na agricultura familiar.



b.3) Educação, Ciência e Cultura

Nas áreas de educação, ciência e cultura, devem ser destacadas as duas edições do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, no âmbito do Programa Mulher e Ciência. Trata-se de iniciativa cujo objetivo é valorizar as pesquisas realizadas e estimular a elaboração e divulgação de novos conhecimentos no campo de estudos das relações de gênero, mulheres e feminismos. Esse Prêmio destinou-se a estudantes de ensino médio, graduação e pós-graduação, que concorreram com suas redações e monografias.

Para a formação de profissionais da educação em gênero, sexualidade e relações étnico-raciais, foi promovido, em 2006, em seis Municípios localizados nas cinco regiões brasileiras, o curso semipresencial “Gênero e Diversidade na Escola”, para 1.200 professores de quinta a oitava séries das redes públicas de ensino. Além desse curso, em 2007 está prevista a continuidade do Programa Mulher e Ciência, executando a terceira edição do Prêmio “Construindo a Igualdade de Gênero” e do edital de Pesquisas; o desenvolvimento e o apoio a campanhas educativas que sensibilizem e desconstruam visões discriminatórias em relação às mulheres; e a constituição do Centro de Documentação e Memória do CNDM.

b.4) Estudos e Pesquisas

Em 2006, foi lançado o Sistema Nacional de Informações de Gênero (SNIG), com o objetivo de disponibilizar ao grande público, por meio da Internet, informações sobre educação, saúde, trabalho e violência contra a mulher. O primeiro módulo lançado diz respeito aos Censos de 1991 e 2000. Os microdados dos mesmos foram trabalhados de forma a oferecer um panorama da situação das mulheres no País.

Para o ano de 2007, devem ser priorizados: a realização de uma pesquisa nacional sobre Violência de Gênero; a construção de novos módulos do SNIG, nas áreas de trabalho, saúde, educação e violência; e o desenvolvimento e ampliação de novos módulos do Sistema de Monitoramento do PNPM.

b.5) Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos

Cabe ressaltar o desenvolvimento do Plano Nacional de Ações Integradas para o Enfrentamento da Feminização da Epidemia de HIV, no Brasil, uma iniciativa discutida no VI Congresso Brasileiro de Prevenção das DSTs e Aids, realizado em 2006, e que contará com o apoio do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) a partir de 2007.

O Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna, lançado em março de 2004, conseguiu uma redução de 8,7% da mortalidade materna e de 7,3% da neonatal. Foram qualificadas 420 equipes das maternidades de referência no SUS, até o final de 2006.

Para 2007, merecem destaque as atividades do plano de ação que objetivam desenvolver campanhas e ações integradas para o Enfrentamento da Feminização da Epidemia de HIV; construir, em parceria com o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), o desenho da pesquisa sobre o Enfrentamento da Feminização da Epidemia de HIV; e continuar a qualificação das equipes das maternidades de referência no SUS, visando a implementação do Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna.



b.6) Iniciativas no Plano Legislativo

Em 2006, no âmbito do Poder Legislativo foram aprovados os projetos que, após a sanção, resultaram na Lei n.º 11.324, que visou ao incentivo à formalização do trabalho doméstico, e na Lei n.º 11.340, a chamada “Lei Maria da Penha”. Em 2007, especial atenção será direcionada ao acompanhamento de projetos que se encontram no Congresso Nacional de interesse das mulheres, tais como o Projeto de Lei (PL) n.º 062/99, que estabelece como crime o Assédio Moral; o PL n.º 7.363/06, que estabelece o Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço para as Trabalhadoras Domésticas; e o PL n.º 4.850/05, que altera, em especial, o Título VI do Código Penal.

b.7) Articulação Internacional

No último exercício, o Governo participou ativamente dos foros internacionais no campo dos direitos das mulheres, estando presente nas reuniões da Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW/ONU), da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM/OEA), da mesa diretiva da Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe, e da Reunião Especializada da Mulher (REM/Mercosul).

Destaca-se, também, o diálogo permanente com as organizações feministas e de mulheres, que têm sido incorporadas oficialmente nas delegações brasileiras e atualmente integram as reuniões da REM/Mercosul, como observadoras permanentes. No âmbito multilateral, devem ser ressaltados os esforços para implementação de compromissos assumidos com as Nações Unidas e Organização dos Estados Americanos.

Merecem ser destacadas, para o ano de 2007, o desenvolvimento de ações para organizar a participação brasileira na X Conferência Regional Sobre a Mulher da América Latina e Caribe, a realizar-se no Equador; e a defesa oral do Relatório CEDAW frente ao Comitê da ONU, em Nova Iorque.

c) Povos Indígenas

Em 2006, o Governo confirmou seu compromisso de garantir a participação dos povos indígenas na definição de uma nova política indigenista e na formulação e execução de políticas públicas que visem à afirmação dos seus direitos. O trabalho realizado foi sustentado em três grandes eixos: regularização fundiária, participação efetiva dos povos indígenas na definição e elaboração de uma nova política indigenista e o trabalho interministerial, aberto e democrático, para a definição das políticas públicas indigenistas.

Entendendo a regularização fundiária como etapa essencial na proteção aos povos indígenas, metas expressivas foram alcançadas, entre as quais se destaca a já homologada Terra Indígena Raposa Serra do Sol/RR. Após um longo e difícil processo, de duas décadas, foi reconhecido às etnias Ingarikó, Makuxi, Taurepang e Wapixana o direito ao seu território tradicional. Essa e outras homologações efetivadas nos últimos anos expressam o compromisso do Governo de firmar definitivamente o processo de demarcação e reconhecimento das terras indígenas no Brasil. No mesmo sentido, ressalte-se a regularização fundiária de importantes espaços, que também enfrentaram problemas durante anos, como a Terra Indígena (TI) Nande Ru Marangatu, dos grupos Guarani, no Mato Grosso do Sul; a T.I. Rio Omerê, em Rondônia; e a T.I. Apyterewa, no Pará. No total, no quadriênio 2003-

2006, foram homologadas 63 terras indígenas, correspondendo a uma área de mais de 11 milhões de hectares. Dessas 63 áreas, 59 tiveram seus processos de registro concluídos.

O compromisso de propiciar maior participação dos povos indígenas na definição de uma nova política indigenista e na formulação e execução de políticas públicas de afirmação dos direitos, resultou na realização, em Brasília, em abril de 2006, da Conferência Nacional dos Povos Indígenas, que contou com a participação de representantes de 173 etnias e de organizações não-governamentais. No total, 900 delegados indígenas indicados por suas próprias comunidades marcaram presença neste primeiro fórum indígena nacional realizado na história do País.

No âmbito das ações de saúde para a população indígena, destacam-se as seguintes ações:

- i) alocação de recursos para obras e equipamentos, com ênfase na aquisição de veículos, barcos e motores, da ordem de R\$ 11,5 milhões, em 2006, valor superior em 24,31% ao total de R\$ 9,25 milhões, de 2002;
- ii) ampliação das ações de saneamento nas áreas indígenas que beneficiaram, em 2006, 93.143 indígenas, em 421 aldeias localizadas em 196 municípios. No período de 2003 a 2006, os recursos repassados para esse fim totalizaram um montante de R\$ 416 milhões; e
- iii) realização, em 2006, do Mês de Vacinação dos Povos Indígenas, contemplando 20 Distritos Sanitários Especiais Indígenas, abrangendo 1.157 aldeias. Foram mobilizados 1.940 profissionais, beneficiando 108.198 pessoas. Em relação às doenças sexualmente transmissíveis e Aids, cabe registrar a implementação das atividades de prevenção, assistência, vigilância e monitoramento em 32 Distritos Sanitários Especiais Indígenas.

É importante assinalar, ainda, a concretização de ações estratégicas, em 2006, no âmbito do Projeto de Instrução do Sistema Nacional de Vigilância de Saúde do SUS (Vigisus II – 2005/2006), tais como: 21 obras concluídas; 85 obras em andamento; seis Casas de Saúde Indígena em seis localidades, com investimentos de R\$ 5,5 milhões; 116 localidades recebendo cerca de R\$ 12 milhões para investimento em suas unidades básicas de saúde; e recursos da ordem R\$ 4 milhões para aparelhos de radiocomunicação para as aldeias.

Com relação às ações de educação voltadas aos povos indígenas, foram desenvolvidas duas ações para a formação de professores indígenas, quais sejam: (i) o projeto Licenciatura Intercultural Indígena (ProLind), voltado para docentes da segunda etapa do ensino fundamental e da educação média; e (ii) o curso de habilitação (Magistério Intercultural) para docentes das séries iniciais do ensino fundamental. A iniciativa é complementada com a produção de material didático bilíngüe e multilíngüe, voltado às realidades socioculturais e sociolinguísticas das comunidades indígenas.

De modo pioneiro, o Governo lançou, em 2006, a Chamada de Projetos de Ater para Populações Indígenas, já incorporando sugestões feitas pelos diversos setores da sociedade civil interessados no tema, por meio da qual foram selecionados 18 projetos, com aporte de R\$ 2,7 milhões.

No que se refere às ações que competem ao MDA/Incra nos processos de regularização fundiária das terras indígenas no Brasil,



em 2006 o Programa de reassentamento de ocupantes não-índios em Terras Indígenas reassentou 3.453 famílias.

Para 2007, a expectativa é de melhorar a integração entre as ações do Governo relativas à política do setor, mediante a consolidação da Comissão Nacional de Política Indigenista, instituída pelo Decreto de 23 de março de 2006, que tem a atribuição de propor a criação do Conselho Nacional de Política Indigenista. Esse Conselho terá, entre outras, a atribuição de elaborar uma proposta para um novo Estatuto do Índio.

6. Direitos Humanos

O Governo, por intermédio da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH), estabeleceu um importante espaço de diálogo e parcerias entre o Estado e as representações da sociedade civil, tendo sido realizados em 2006 diversos eventos para a defesa dos direitos humanos.

No âmbito das políticas para pessoas com deficiência, destaca-se a edição do Decreto nº 5.904, de 21 de setembro de 2006, regulamentando a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre o direito de a pessoa com deficiência visual ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia. A adoção desse decreto completa um ciclo no processo de regulamentação dos direitos das pessoas com deficiência, estabelecidos pelas Leis nºs 10.048 e 10.098, de 2000, que tratam da acessibilidade das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, regulamentadas pelo Decreto nº 5.296, de 2004, e pela Lei nº 10.436, de 2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais como língua oficial do Brasil, que veio a ser regulamentada, em 2005, com a edição do Decreto nº 5.626.

No combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, o Brasil vem avançando significativamente, a partir da realização de campanhas nacionais, oficinas de capacitação, implantação do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Território Brasileiro (Pair) nos 11 Estados com maior foco dessa prática; e da reestruturação do Disque Denúncia Nacional (Disque 100), no âmbito da SEDH, que passou a registrar um aumento sensível no número de atendimentos (4.494, em 2003; 3.774, em 2004; 5.155, em 2005; e 11.872, em 2006), o que reflete o impacto nacional em torno dessa mobilização, que deve continuar sendo tratada como prioridade nos próximos anos.

No que se refere ao combate ao subregistro civil de nascimento, a iniciativa que vem sendo desenvolvida pelo Governo Federal, desde 2003, com a campanha de mobilização nacional para o fim do subregistro civil de nascimento – crianças nascidas vivas por ano e não registradas no prazo legal – por meio da articulação interministerial e da parceria com os Estados, com o Distrito Federal e com os Municípios, e com organizações nacionais e internacionais, já dá sinais positivos na efetivação do acesso à documentação civil básica ao exercício da cidadania.

Os dados de 2005, divulgados pelo IBGE, em dezembro de 2006, mostram uma queda acentuada do índice de sub-registro, para 11,5%. Em 2002, esse percentual era de 20,9%. Esse fato demonstra que a cobertura dos registros de nascimentos no País vem sendo ampliada nos últimos anos. Segundo o IBGE, essa melhoria decorre não só do próprio declínio da fecundidade, mas, principalmente, da realização de diversas ações com vistas à universalização desses registros. A estimativa de cobertura dos registros de nascimentos passou de 80,6%, em 2000, para 88,5%, em 2005.

Outro avanço ocorrido em 2006 foi relativo ao trabalho da Comissão Especial “Mortos e Desaparecidos Políticos”, que finalizou a análise de todos os processos apresentados, efetuou o pagamento de todas as indenizações por ela deferidas e conseguiu implantar o Banco de DNA (Banco de Dados de Perfis Genéticos, antiga reivindicação dos representantes das vítimas da repressão política). Para assegurar a reparação política e moral, que os familiares consideram mais importante que a financeira, será lançado o Livro-Relatório “11 Anos de Memória – Comissão Especial Mortos e Desaparecidos Políticos”, contendo o histórico de todos os casos, depoimentos e fotografias, resgatando o direito à verdade e à memória da repressão política na história brasileira. Por sua vez, em 2006, foi criado o Comitê Nacional de Prevenção e Controle da Tortura (cujo nome está sendo modificado para Comitê Nacional de Combate à Tortura), responsável pela implantação nacional do Plano de Ações Integradas para a Prevenção e Controle da Tortura.

O Programa “Brasil Sem Homofobia” é outro tema de destaque como fruto do diálogo do Governo com a sociedade civil, que deu ensejo à sua criação, assim como as ações contínuas para sua implementação. Em 2006, foi alcançado o total de 49 Centros de Referência em Direitos Humanos para a prevenção e combate à homofobia, abrangendo todas as capitais e as cidades pólos do interior dos Estados.

Vale ressaltar, em 2006, a inserção do tema “Prevenção e Combate à Discriminação por Orientação Sexual” na pauta do fórum das Altas Autoridades em Direitos Humanos do Mercosul e a realização de pesquisas nas Paradas do orgulho GLBT, em quatro regiões do País. Essas pesquisas foram realizadas com os objetivos de investigar percepções da discriminação contra homossexuais e transgêneros, fomentar o debate público sobre o tema e subsidiar políticas públicas de combate a essa forma específica de violação dos direitos humanos. No âmbito legislativo, merece destaque a aprovação de importantes avanços normativos da luta em defesa dos direitos humanos, a exemplo da ratificação do Protocolo Facultativo da Convenção das Nações Unidas contra a Tortura.

Para 2007, planeja-se reforçar na agenda política nacional o debate sobre a temática dos direitos humanos; discutir amplamente a Política Nacional e o Programa Nacional de Direitos Humanos; garantir o avanço dos programas setoriais e a transversalidade do tema no âmbito de outros programas governamentais; reforçar as articulações no âmbito do Mercosul e países associados (7ª e 8ª Reuniões de Altas Autoridades em Direitos Humanos, previstas para Assunção e Montevidéu). Além disso, será ampliada a rede de Centros de Referência do Programa “Brasil Sem Homofobia” e será ampliado para os demais Estados o Plano de Ações Integradas contra a Tortura, além da ampliação do combate ao trabalho escravo.

7. Previdência Social

No ano de 2006, consolidou-se o modelo previdenciário brasileiro, que tem tido impactos significativos na distribuição de renda e na inclusão social. Isso se deu por meio da expansão do número de beneficiários, da consolidação da previdência rural e da adoção de medidas gerenciais e administrativas voltadas para a melhoria do atendimento e o combate a fraudes e falhas cadastrais.

a) Regime Geral de Previdência Social (RGPS)

Em 2006, o número de benefícios emitidos pela Previdência Social atingiu 24,6 milhões, sendo que 21,6 milhões desses benefícios são previdenciários e acidentários, com um valor médio nominal de R\$ 582,25, e 2,9 milhões são benefícios

assistenciais, no valor de um salário mínimo, custeados pelo Tesouro Nacional. De janeiro a novembro de 2006, cerca de 6,4 milhões benefícios haviam sido requeridos, dos quais 4,2 milhões (65,6%) por incapacidade laborativa. Em 2006, a Previdência Social gastou R\$ 165,6 bilhões (em valores correntes) com pagamento de benefícios. No mesmo período, foram realizadas 6,8 milhões de perícias médicas.

Para 2007, no âmbito do Regime Geral da Previdência Social (RGS), a arrecadação previdenciária projetada é de R\$ 123,9 bilhões, enquanto a despesa com benefícios previdenciários é de R\$ 166,0 bilhões. Com isso, o déficit projetado para o referido regime é de R\$ 42,1 bilhões.

O Censo Previdenciário, iniciado em outubro de 2005, com ampla divulgação e convocação individualizada dos beneficiários para efetuar o cadastramento, foi realizado satisfatoriamente, em 2006, por meio da rede bancária. Os aposentados e pensionistas recebem o aviso de atualização dos dados, de forma personalizada, nos terminais de auto-atendimento bancário e nenhum benefício é suspenso sem prazo determinado e sem que o beneficiário seja comunicado por diversos meios. O Censo consiste na atualização cadastral do banco de dados de benefícios e sua realização também contribui para a redução de fraudes e desvios de recursos, bem como para a atualização de estudos previdenciários e projeções atuariais. Em 2007, está previsto o término do Censo Previdenciário. Até novembro de 2006, já foram recenseados 13,2 milhões de beneficiários, o que corresponde a 77% do total previsto (17,2 milhões). Inicialmente, foram cessados 23,4 mil benefícios, o que representa uma economia anual de R\$ 122 milhões.

Em 2003, foi feito um diagnóstico sobre a Previdência Rural. Ficou evidenciada a necessidade de melhorar a legislação aplicável ao setor, para eliminar as imprecisões legais que levam ao subjetivismo nas decisões de interesse dos segurados, bem como para facilitar a filiação e a inscrição previdenciárias, tanto de trabalhadores assalariados, quanto de produtores rurais, quer se enquadrem como segurados especiais, quer como contribuintes individuais. Outra necessidade era definir com mais precisão as situações novas surgidas no setor agrário com o desenvolvimento da agricultura familiar brasileira. Foi a oportunidade, também, de eliminar qualquer dúvida a respeito da continuidade da existência da Previdência Rural, a partir de 2006, sublinhando o compromisso do Governo com o importante papel redistributivo e de proteção social que esse Programa representa. Assim, em 31 de março de 2006, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional Projeto de Lei que regulamenta a Previdência Rural.

Importantes medidas legais para estimular o aumento da cobertura previdenciária da população foram implementadas, em 2006, enquanto outras encontram-se em fase de implementação. Entre essas medidas destacam-se a dedutibilidade do Imposto de Renda das contribuições patronais para as trabalhadoras domésticas; a instituição de plano com alíquotas reduzidas para os contribuintes individuais; e a obrigatoriedade de retenção, por parte das empresas, das contribuições previdenciárias relativas aos contribuintes individuais que lhes prestam serviços.

Outro importante avanço na modernização da previdência está ocorrendo no parque tecnológico, administrado pela Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – Dataprev, com a modernização da opção tecnológica adotada, viabilizando a concorrência entre fornecedores e a redução de custos; o desenvolvimento de novos sistemas de informação; e a reformulação e ampliação da rede de telecomunicações.

Há, ainda, avanços significativos no que diz respeito à política de saúde do trabalhador e aos acordos com regimes previdenciários de outros países. O Governo implementou importantes medidas, em 2006, para a modernização da Política

Nacional de Saúde e Segurança do Trabalhador, visando estabelecer as principais diretrizes e estratégias estruturais para a melhoria das condições de trabalho e a redução de acidentes e doenças profissionais. Essa Política inverte a lógica de indenização para a de prevenção das doenças e acidentes do trabalho. Nesse sentido, foi editada, em 2006, a Medida Provisória nº 316, convertida na Lei nº 11.430/06, pela qual a perícia médica do INSS considerará caracterizada a natureza acidentária da incapacidade quando constatar a ocorrência de nexos técnico epidemiológico entre o trabalho e o agravo.

No âmbito internacional, o Brasil assinou o Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercosul, em vigor desde 1º de junho de 2005, que estabelece normas que regulam as relações de seguridade social entre esses países, garantindo a cobertura previdenciária aos migrantes internacionais. A expectativa é que cerca de 2,1 milhões de trabalhadores, que estão em atividade fora de seus países de origem, sejam beneficiados. O Brasil possui cerca de 733 mil trabalhadores estrangeiros, sendo que 370 mil são oriundos do Mercosul. Para 2007, está prevista a continuidade da negociação para atualização do Acordo de Previdência com a Espanha; a continuidade das negociações para celebração de Acordo Multilateral de Previdência Social de toda a Comunidade Ibero-americana; e o início da negociação de Acordo Multilateral de Previdência Social da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

b) Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS)

Para conferir aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) maior sustentabilidade e justiça social, em 2006, foram incluídas novas exigências para a regularidade desses Regimes, com destaque para o equilíbrio atuarial. Em decorrência desses novos critérios, houve um incremento considerável no aporte de recursos para os RPPS, alcançando um montante de R\$ 24 bilhões de reais, com o objetivo de garantir a sustentabilidade desses regimes a médio e longo prazos.

As ações de fiscalização representam um grande esforço do Governo, por meio do Ministério da Previdência Social (MPS), no sentido de promover o equilíbrio financeiro-atuarial desses RPPS. Foram realizadas, em 2006, mais de 350 auditorias em Estados e Municípios, resultando em um maior controle desses Regimes, com melhorias da gestão e do equilíbrio atuarial e financeiro.

Como diretriz para 2007, prevê-se a melhoria e o aperfeiçoamento do controle financeiro dos RPPS. Está prevista a implantação do Cadastro Nacional dos Servidores Públicos (CNIS RPPS), previsto no art. 3º da Lei 10.887, de 2004, que tem como finalidade, entre outras, a efetivação da aplicação do teto remuneratório para o setor público (art. 37, XI da Constituição Federal), bem como a verificação de acumulação de cargos e o controle de óbitos.

c) Previdência Complementar

No que diz respeito à Previdência Complementar, 2006 foi o ano em que o Governo, por intermédio do MPS, deu continuidade às ações de fiscalização das entidades fechadas de previdência complementar; efetivou a transição da atividade de fiscalização *stricto sensu* para um modelo de supervisão baseado em riscos, conjugando a recepção e tratamento de dados contábeis, atuariais e de investimentos (fiscalização indireta) com a presença do auditor fiscal *in loco* nos fundos de pensão (fiscalização direta); e à consolidação do quadro de auditores fiscais, alcançando o número de 102 profissionais alocados para esse fim.

O aprimoramento normativo da Previdência Complementar, concomitantemente com a confiança no sistema, permitiu a

ampliação significativa do mercado, com a criação de mais de 150 novos planos de benefício, bem como o incremento da previdência associativa.

d) Atendimento ao Cidadão

Além dos canais de atendimento remoto (135, Internet), a Ouvidoria-Geral da Previdência Social, criada como instrumento de melhoria da qualidade dos serviços previdenciários geridos pelo MPS, por intermédio das Agências da Previdência Social integrantes da estrutura operacional do INSS, traduz a nova concepção de Estado que prioriza o cidadão. A criação desse canal proporcionou ao cidadão livre acesso, mediante contato pelas Centrais de Atendimento, Centrais de Cartas, *E-mail*, Fax e Internet, para apresentar suas reclamações, sugestões, denúncias e elogios relativos à prestação dos serviços no âmbito previdenciário. Suas manifestações geram resultados diretos ao postulante e, também, oxigena a estrutura funcional, facilitando decisões estratégicas e permitindo implementar ações coincidentes com os anseios da sociedade.

A Ouvidoria-Geral iniciou o exercício de 2006 com registros em torno de 15 mil manifestações/mês e, no último mês do exercício, recebeu demandas da ordem de 17 mil manifestações, totalizando, até novembro, 187.182 novos casos.

A Ouvidoria procura oferecer uma resposta para a questão apresentada, no prazo de até 30 dias, contados da data do seu recebimento. Essa atuação tem contribuído para o aperfeiçoamento de ações dentro da Previdência Social, especialmente na melhoria de atendimento ao público, além do combate à evasão de receitas e à sonegação fiscal. Deve ser registrado que, em decorrência da apuração de denúncias registradas na Ouvidoria, já houve a recuperação de mais de R\$ 1 bilhão aos cofres da Previdência.

8. Cultura

O ano de 2006 merece ser destacado pelo intenso trabalho de estruturação de políticas culturais sólidas e de longo prazo para o País. A Cultura fortaleceu-se dentro da agenda governamental como um importante pilar do desenvolvimento nacional, da inclusão social, dos direitos da cidadania e da geração de trabalho e renda. O Governo, por intermédio do Ministério da Cultura, desempenhou papel crucial no crescimento da produção cultural brasileira, atuando significativamente para incremento de diversos setores. Pesquisas do IBGE sobre Sistema de Informações e Indicadores Culturais, publicadas no caderno de Informação Demográfica e Socioeconômica, número 18, de 2006, demonstra que o setor cultural emprega 5,7% do pessoal ocupado no Brasil e representa 6,2% do total de empresas em funcionamento no território nacional. Constatou, também, que o rendimento mensal dos trabalhadores do setor cultural é de 5,1 salários mínimos, contra a média geral de 3,3 salários mínimos dos demais setores econômicos.

Por conta desses fatores foram incluídos, na estrutura orçamentária do Ministério da Cultura, programações específicas voltadas para o incremento dos setores produtivos ligados à cultura, que serão transformadas, a partir de 2007, no Programa de Desenvolvimento da Economia da Cultura (Prodec), tratando assim as atividades culturais, também, como atividades econômicas.

Outro importante resultado para as políticas culturais, em 2006, foi o resultado obtido pelas ações de inclusão social que, em sua maior parte, estão abarcadas pelo programa Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva. Computou-se a implementação de 654 Pontos de Cultura, em 262 Municípios de todas as regiões do País. O projeto beneficia, direta e indiretamente, cerca de 400 mil pessoas, na maioria jovens que vivem em periferias, favelas ou em comunidades à margem do desenvolvimento econômico.

O Brasil não é apenas um País rico por sua diversidade, mas também por sua capacidade de criar soluções simples e consistentes no seio das próprias comunidades. Muitas iniciativas inovadoras surgem do esforço de lideranças ou de grupos organizados que se dedicam voluntariamente a trabalhos culturais grandiosos, que têm por finalidade criar melhores condições de vida e gerar expectativa de futuro para adolescentes e jovens. Por conta disso, o “Cultura Viva” beneficia esses projetos – já existentes –, no intuito de fortalecê-los e de ampliar seu alcance junto às comunidades em que estão inseridos.

Das iniciativas que se relacionam com a Ampliação do Acesso à Cultura, devem ser destacadas não apenas as que proporcionam à sociedade o usufruto de bens e serviços culturais, mas também aquelas que permitem ao cidadão o acesso aos meios de produção desses bens e serviços. O acesso aos livros, ao cinema, ao teatro e à música cria diferenças substanciais entre os homens. A ampliação do acesso tem ocorrido por meio de diversos projetos nas áreas de música, artes cênicas, dança, artes visuais e circo. No âmbito da música, merece destaque a continuidade do Projeto Pixinguinha que, em 2006, promoveu 94 espetáculos, em 45 cidades, atingindo público de 41 mil espectadores. Estima-se que esse projeto criou aproximadamente 11.960 empregos diretos e indiretos e contribuiu para a formação de novas platéias e para a ampliação do mercado para músicos e produtores. No segmento Música Erudita, o projeto Circulação de Música de Concerto permitiu a realização de 165 recitais de música clássica, atingindo público de 33.500 pessoas. Foram promovidos, também, 159 concertos didáticos em escolas públicas, direcionados para cerca de 38 mil alunos.

Na área de teatro e dança, foram beneficiados, em 2006, 232 projetos de produção por meio dos prêmios Funarte, além da doação de equipamentos cênicos para 38 teatros. O projeto Caravanas de Circulação Regional promoveu espetáculos de 72 companhias de teatro e dança em diferentes pontos da Amazônia, Nordeste, Brasil Central, Sudeste e Sul do País. No âmbito das artes circenses, 55 grupos foram contemplados pelo prêmio “Carequinha” de estímulo ao circo e empreendeu-se ampla reforma na Escola Nacional de Circo. Vale destacar, ainda, o projeto Arte sem Barreira/Projeto Além dos Limites, o maior e mais conceituado movimento brasileiro de arte inclusiva para pessoas com deficiência, que também foi apresentado em 5 mostras regionais e no Festival Brasileiro Além dos Limites – no Rio de Janeiro e em Brasília – atingindo público direto e indireto de cerca de 400 mil pessoas.

Na área relacionada com Memória e Patrimônio Cultural, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), viabiliza regularmente a realização de obras de preservação com o apoio das comunidades, dos governos Estaduais e Municipais e de instituições públicas e privadas. O Instituto tem sob sua tutela cerca de 21 mil imóveis, localizados em 67 sítios urbanos; 13 mil sítios arqueológicos; 250 mil objetos museológicos; e extensa documentação arquivística e bibliográfica depositada em 31 bibliotecas e 35 arquivos públicos. Suas unidades, espalhadas por todo o território nacional, detêm a guarda de registros fotográficos, cinematográficos e videográficos.

As empresas estatais também contribuíram, em 2006, de forma significativa para o estímulo à cultura, seja pelo apoio para a realização de eventos nas áreas de artes plásticas, artes cênicas, seja na área de cinema e vídeo, música, idéias e programa educativo. Destacam-se, também, as ações desenvolvidas pelo Programa Monumenta, que canaliza seus esforços para a revitalização de centros urbanos pré-selecionados e cujas ações atingem 83 Municípios, detentores de 101 sítios históricos. O Programa surge da necessidade de preservar áreas prioritárias do patrimônio histórico sob proteção federal, aumentar a conscientização da população brasileira acerca do patrimônio em questão, estabelecer critérios para implementação de prioridades de conservação e aumentar a utilização econômica, cultural e social das áreas do projeto. Em 2006, as obras realizadas pelo Monumenta atingiram 29 centros urbanos, de 18 Municípios.



No que tange ao Patrimônio Imaterial, encontram-se registrados nove bens definitivos do patrimônio imaterial brasileiro: a celebração religiosa paraense do Círio de Nazaré, o modo de fazer a Viola-de-Cocho, o ofício das baianas do Acarajé, o ofício das paneleiras de Goiabeiras (ES), o Jongo, o Samba de Roda do Recôncavo Baiano, a arte Kusiwa – a técnica de pintura e a arte gráfica própria da população indígena Wajãpi, do Amapá –, a Cachoeira de Iauaretê – lugar sagrado dos povos indígenas do rio Uaupés e Papuri – e, recentemente, a Feira de Caruaru. A arte Kusiwa e o Samba de Recôncavo, também foram consagrados como obras-primas do patrimônio oral e imaterial da humanidade, pela Unesco.

No que diz respeito aos Museus, o Governo possui programa específico – Museu, Memória e Cidadania –, que centraliza os esforços em favor das instituições de memória. O Programa mantém em sua estrutura 28 museus e três centros culturais, que contam com fluxo contínuo de recursos, tendo praticamente dobrando seu orçamento em relação a 2002. Na média, os investimentos realizados na área museológica têm crescido cerca de 20% ao ano. Por meio desse Programa, os museus brasileiros podem contar com editais regulares para financiamento de projetos de aperfeiçoamento de suas estruturas e serviços e para aquisição de acervos. Além desses, mais de 200 instituições públicas e privadas de 17 Estados brasileiros são contempladas pelo programa, por intermédio de editais.

As iniciativas voltadas para o Audiovisual têm priorizado o público para o cinema brasileiro e buscam direcionar investimentos para alguns setores-chave, como distribuição, formação de público, aumento do número de salas de exibição e criação de novos circuitos comerciais. O grande objetivo dessa estratégica é reduzir o monopólio internacional no mercado interno, por meio do incremento das cadeias produtivas do setor audiovisual. A abertura de novas frentes também foi priorizada, resultando no fomento a projetos de curtas-metragens, roteiros e documentários orientados para públicos estratégicos – como o infanto-juvenil – e para regiões do País sem tradição de expressão audiovisual.

O ano de 2006 marcou um recorde histórico na produção cinematográfica nacional, com o lançamento de 63 filmes no mercado. Além desse resultado, outras iniciativas permitiram a produção de 40 filmes de curta-duração pelo projeto “Revelando os Brasis”, importante iniciativa estratégica de inclusão social pela cultura, e 35 documentários pelo DOC-TV, bem assim outros projetos relacionados, particularmente, com a produção de curtas-metragens e de jogos eletrônicos.

Em relação à Cultura Afro-Brasileira, há que se destacar o “Prêmio Palmares de Comunicação”, que objetiva apoiar a produção de audiovisuais (10 programas radiofônicos e sete videodocumentários) que tratam da temática étnico-racial. Outra seleção pública foi o Concurso Personalidades Negras do Rio Grande do Sul, que fomenta a realização de pesquisas de biografias de personalidades negras que contribuíram nas diferentes áreas do conhecimento no cenário gaúcho, para alunos das séries finais do ensino fundamental, ensino médio e da educação de jovens e adultos.

Outra importante vertente das políticas culturais diz respeito à questão da Diversidade Cultural. Dessas manifestações, merecem destaque aquelas originárias das sociedades indígenas que, pela primeira vez em 20 anos, passaram a fazer parte de políticas setoriais do Governo; o movimento *hip-hop*; a cultura digital e a produção de jogos eletrônicos, que também se enquadram nesse novo leque de expressões. No que concerne aos segmentos sociais, o movimento GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros) foi reconhecido por sua importância para a construção de um ambiente de tolerância, de combate à discriminação e à homofobia. Segmentos como as comunidades quilombolas e ribeirinhas, a juventude rural e os sem-terra, hoje também se encontram plenamente inseridos nas iniciativas do Governo para a promoção da cultura. Para a afirmação progressiva dessa

diversidade, a aprovação da Convenção Internacional de Proteção e Promoção da Diversidade Cultural, da Unesco, passou a ser vital para os países emergentes. Sua elaboração e aprovação decorreram, em grande parte, do esforço dos Ministérios da Cultura e das Relações Exteriores. Na área internacional, além da aproximação com os países do Mercosul e da África, merece destaque a realização da Copa da Cultura Brasileira, na Alemanha, paralelamente à Copa do Mundo de futebol de 2006. O evento foi concebido de modo a apresentar na Alemanha um panorama da produção cultural brasileira atual, com foco parcial na relação entre futebol e cultura. Em contrapartida, parte representativa da cultura germânica contemporânea também foi mostrada em algumas cidades brasileiras ao longo do ano. A grande afluência de público e a intensa repercussão na mídia alemã e européia mostraram que a cultura brasileira, além de admirada, pode se transformar em importante produto de exportação.

Deve-se citar, também, que a captação de recursos por intermédio das Leis do Mecenato (Leis Rouanet e do Audiovisual) apresentou crescimento significativo no período 2003/2006, conforme quadro a seguir.

Capitação de Recursos – Leis Rouanet e do Audiovisual

	RS Milhões			
	2003	2004	2005	2006
Lei Rouanet	452,6	546,7	748,0	700,0
Lei Audiovisual	92,3	96,8	80,3	104,4
Total	544,9	643,5	828,3	804,4

Fonte: Ministério da Cultura

Constatou-se considerável aumento do grau de descentralização da captação de recursos da região Sudeste, em particular do eixo Rio-São Paulo, para as demais regiões do País. Em 2002, o Sudeste representava 72% dos patrocínios; já em 2005 essa participação ficou em 67%. Embora modesto, esse aumento de 5% do peso das demais regiões já representa uma mudança do cenário cultural do País, sendo registrado crescimento nos recursos de patrocínio em quase todas as regiões brasileiras, constatando-se um recorde na captação de recursos em 22 dos 27 Estados da Federação.

A publicação do novo Decreto nº 5.761, de 2006, que regulamenta a Lei Rouanet, trouxe importantes inovações, como a possibilidade da publicação de editais e de programas do Mecenato; a exigência de um plano de democratização do acesso, por parte da população, aos benefícios dos projetos financiados com recursos do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac); a interposição do limite de 15% de despesas administrativas para institutos e fundações culturais; a criação de uma comissão para o Fundo Nacional de Cultura (FNC); os mecanismos de seleção, avaliação e monitoramento mais claros.

Para 2007, serão priorizadas ações para consolidação da política cultural brasileira, destacando-se a ampliação do alcance do Programa Cultura Viva, em especial dos Pontos de Cultura; a implementação do Programa de Cultura do Trabalhador Brasileiro (Ticket Cultura), para viabilizar a aquisição de ingressos para estabelecimentos artísticos e culturais, a visitação a espaços e a aquisição de produtos culturais; a constituição de um consistente e diversificado sistema público de comunicação, para garantir mais canais de difusão com vistas à democratização da produção e do acesso, bem como a difusão de programações ligadas à cultura brasileira; o desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura e aprovação do Plano Nacional de Cultura; a criação de um sistema de informações culturais; a construção de marcos legais de direito autoral e de propriedade intelectual com a acessibilidade, ao tempo em que preservem os direitos de criadores e difusores; e a constituição do Plano Nacional de Capacitação em Gestão Cultural, para atuar na formação de gestores, um dos principais gargalos na economia da cultura,

responsável pela perda de eficiência no setor. E, com a aprovação da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006, serão implantados o Fundo Setorial do Audiovisual e os Programas de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema Brasileiro (Prodecine), de Apoio ao Audiovisual Brasileiro (Prodan) e de Apoio ao Desenvolvimento de Infra-estrutura do Cinema e do Audiovisual (Proinfra), possibilitando um efetivo fortalecimento do audiovisual nacional.

9. Esporte

Em 2006, o Governo manteve a prioridade para o Esporte, assumindo uma postura de aproximação com os vários segmentos do setor, para elaboração, efetivação e avaliação de sua política. A reestruturação do Conselho Nacional do Esporte foi um marco importante nesse sentido, além da incorporação de novas representações do setor nesse processo. Atualmente, para a gestão dessa política, o Governo articula-se com entidades de administração e prática do esporte e paraesporte, olímpicos e não olímpicos, atletas, gestores públicos municipais e estaduais, conselhos de profissionais, além do Poder Legislativo.

A função do Conselho foi ampliada, atribuindo-lhe uma atuação decisiva nos rumos da política esportiva e de lazer, auxiliado por cinco comissões especiais, como a de Estudos Jurídicos Esportivos. Essa comissão elaborou o “Código Brasileiro de Justiça Esportiva”. Por sua vez, a comissão de Combate ao Doping elaborou as “Normas Gerais de Combate ao Doping”; a de Futebol e Marketing desenvolveu o projeto da “Timemania”; a de Clubes Esportivos Sociais consolidou um diagnóstico sobre esse setor; e a comissão de Esporte de Aventura, atuou na conceituação e normatização dos esportes radicais, de aventura e ligados à natureza.

O Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional, em 4 de maio de 2006, durante a realização da II Conferência Nacional do Esporte, o Projeto de Lei nº 6.999, para regulamentar o incentivo ao Esporte. Posteriormente, foi sancionada, em 29 de novembro de 2006, a Lei nº 11.438, conhecida como Lei de Incentivo ao Esporte. Nesse mesmo dia foi editada a Medida Provisória nº 342, representando um amplo acordo com o setor cultural para evitar que houvesse “disputa” entre o fomento para esses dois setores, o que tornará possível o investimento suplementar potencial no Esporte da ordem de R\$ 300 milhões anuais, até o ano de 2015. Esse investimento poderá ser feito por meio da dedução do imposto de renda devido pela pessoa física ou a jurídica, dos valores despendidos a título de patrocínio ou doação, no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte.

O Ministério do Esporte procurou, em 2006, traduzir o foco da Política Nacional do Esporte – a inclusão social –, no investimento e na implementação de seus principais Programas, destacando-se o “Segundo Tempo”, “Esporte e Lazer da Cidade” e “Pintando a Liberdade”. Foram investidos, no exercício de 2006, R\$ 416 milhões na execução desses Programas. Merece registro o Programa Segundo Tempo, que tem causado impacto social positivo. Esse Programa atendeu, no período 2003/2006, mais de dois milhões e duzentas mil crianças, adolescentes e jovens. Só em 2006, foram atendidas mais de um milhão e duzentas mil pessoas, gerando mais de 25 mil empregos. O Programa está presente em mais de 900 Municípios em todos os Estados brasileiros, por meio de parcerias firmadas com entidades estaduais, municipais, entidades privadas sem fins lucrativos, clubes sociais, entre outras, com perspectiva de ampliação para 2007. O Programa, cumprindo a agenda de cooperação internacional, também foi implantado em Angola e Moçambique e está em processo de implementação no Haiti. Para a Unesco, “o Programa Segundo Tempo é uma relevante contribuição do Ministério do Esporte para a oferta de serviços sociais às crianças e aos adolescentes brasileiros. Com efeito, trata-se do primeiro esforço abrangente do Governo Federal no sentido de apoiar a realização de um direito consagrado pela Constituição”.

O Brasil promoverá, em 2007, o principal evento esportivo das Américas – os Jogos Pan-americanos (PAN) e Parapan-americanos –, demonstrando a prioridade atribuída pelo Governo ao Esporte como fator de desenvolvimento econômico e social. Esses serão os maiores eventos esportivos já realizados no País. O Governo Federal está investindo R\$ 1,6 bilhão para preparação desses eventos, especialmente em termos de infra-estrutura. Além dos resultados esportivos, o País terá como resultados objetivos dessa promoção, além do legado social, as externalidades positivas nas áreas econômica e de infra-estrutura.

O Governo instituiu um Grupo de Trabalho Interministerial, em 1º de novembro de 2006, com a finalidade de planejar e propor medidas necessárias, tendo em vista a postulação do Brasil para sediar a Copa do Mundo de Futebol de 2014. Para alcançar esse objetivo torna-se necessária a participação de várias áreas do Governo e da sociedade, para propiciar as condições que atendam os requisitos definidos pela Federação Internacional de Futebol (Fifa).

O Programa Esporte e Lazer da Cidade, que tem como um de seus objetivos garantir o direito ao acesso de qualidade a políticas públicas de lazer e de esporte, já atendeu 1,58 milhão de pessoas, capacitou mais de 6.000 agentes comunitários de esporte e lazer e gerou emprego e renda para 6.270 pessoas. Em 2006, esse Programa, no segmento de investimentos na infra-estrutura para esporte recreativo e lazer, implantou ou modernizou cerca de 1.500 espaços esportivos. A ação Funcionamento de Núcleos de Esporte e de Lazer, possibilitou o acesso a políticas públicas de esporte e lazer a cerca de 800.000 pessoas, das diversas faixas etárias, em 483 núcleos de 150 Municípios.

Para 2007, a previsão é de atender mais de 3,5 milhões de pessoas, por intermédio de Núcleos de Esporte e Lazer e Vida Saudável, em todos os estados da União e no Distrito Federal. No âmbito do Programa de Reinserção Social, a ação Pintando a Liberdade teve um incremento, passando de 16 unidades de produção de materiais esportivos, em 2003, para 89, em 2006, atingindo todos os Estados e outros países como Angola e Moçambique, produzindo mais de dois milhões de itens. Além de contribuir com a resocialização e profissionalização dos detentos do sistema carcerário brasileiro, foi criada a ação Pintando a Cidadania, que possibilitou a produção de 1.205.400 itens de materiais esportivos, beneficiando 1.781 pessoas que residem em comunidades pobres e em situação de risco social, promovendo a inclusão social desses indivíduos e proporcionando-lhes uma renda mensal. Para 2007, está estimada a confecção de 1.800.000 itens, com a implantação de mais oito Núcleos em comunidades carentes, além da confecção de 150 mil *kits* de jogos de xadrez (tabuleiro e peça de xadrez), para atender as escolas públicas.

A Bolsa Atleta, que possibilita apoio financeiro a atletas de várias categorias, para a manutenção pessoal mínima, buscando dar condições para que se dediquem ao treinamento esportivo e competições, contemplou, até 2006, dois mil atletas. Esse foi um passo firme, que deve começar a refletir nos resultados das grandes competições dos próximos anos. Ainda no âmbito do esporte de alto rendimento, foram implantados dois Centros Regionais de Treinamento, na região Norte, em Manaus (AM), e na região Centro-Oeste, em Brasília (DF), que estão resgatando o desenvolvimento do esporte de competição nessas regiões, possibilitando aos atletas locais um espaço público com atendimento integral, composto pelas áreas esportiva, médica, científica e com apoio de moradia, alimentação e escola. A meta é implantar um Centro em cada região geográfica nos próximos quatro anos.

Passo importante do Governo atual, no âmbito das competições estudantis, foi o relançamento e o fortalecimento dos jogos nacionais, após regulamentação da Lei que destina parte dos recursos para o esporte escolar e universitário e que elevou o nível técnico, o número de participantes, a visibilidade e a qualidade da organização dessas competições, hoje, Olimpíadas Escolares

e Olimpíadas Universitárias. Em 2006, houve a participação de 6.000 crianças nas Olimpíadas Escolares e 3.000 estudantes nas Olimpíadas Universitárias

A chamada Timemania, foi aprovada no Congresso e resultou na Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006. Essa Lei contribuirá para o realinhamento fiscal de clubes endividados e, sobretudo, significa a retomada da capacidade de investimento e de financiamento no futebol. Assim, espera-se que as políticas para o Esporte continuem, em 2007, a ser implementadas com a mesma prioridade que lhes foi atribuída nos últimos quatro anos.

10. Energia – Luz para Todos

O Programa Luz para Todos alcançou a marca de cinco milhões de pessoas beneficiadas. Somente em 2006, levou energia elétrica, gratuitamente, para 2,5 milhões de pessoas em todo o País. Dentre eles, foram beneficiados cerca de 435 mil assentados, 40 mil remanescentes de quilombos e 15.400 índios. Em 2006, foram assinados contratos de financiamento e subvenção compreendendo recursos da ordem de R\$ 2,96 bilhões, totalizando R\$ 5,97 bilhões no período 2004/2005/2006.

As famílias atendidas, em sua maioria de trabalhadores rurais, vivem da produção e comercialização de produtos rurais, de leite e seus derivados, da criação de peixes ou da agricultura de subsistência. Com o Luz para Todos, passaram a utilizar sistemas de irrigação, resfriadores de leite e refrigeradores para a conservação de pescados, o que proporcionou aos Centros Comunitários de Produção (CCP) iniciarem atividades produtivas no País.

Desde o início das obras, o Programa já utilizou 2,16 milhões de postes, 325 mil transformadores e 407 mil km de cabos. O segmento de eletrodomésticos tem sido incrementado com a chegada do Programa nas comunidades. Deverão ser atendidas, em 2007, cerca de 2,5 milhões de pessoas, buscando atingir a meta proposta de acabar com a exclusão elétrica no País até 2008.

11. Inclusão Digital

Com vistas à redução do número de brasileiros excluídos do acesso à rede mundial de computadores, o Governo tem dado continuidade às ações que permitem ampliar a promoção do conhecimento.

Como parte das iniciativas que visam incrementar a inclusão digital, merece destaque, no ano de 2006, o aumento expressivo na oferta de equipamentos de informática a telecentros comunitários, por meio da criação de uma rede nacional de acondicionamento e doação de computadores descartados pela Administração Pública Federal, no Projeto Computadores para Inclusão. A este Projeto está vinculada a formação de jovens em atividades de montagem e manutenção, a partir da atuação como aprendizes em Centros de Acondicionamento de Computadores (CRC), em parceria com o Programa Nacional de Primeiro Emprego, do Ministério do Trabalho e Emprego.

O foco das iniciativas de implantação de espaços públicos de inclusão digital em 2006 foi a formação de multiplicadores locais, o que permitiu uma rica troca de experiências em rede e também em inúmeros eventos presenciais, como os Encontros de Conhecimentos Livres dos Pontos de Cultura e a 5ª Oficina para a Inclusão Digital, fórum nacional do tema que se consolida como espaço de diálogo entre Governo e sociedade civil organizada.

Todas as informações sobre as ações de Inclusão Digital estão reunidas no portal www.inclusaodigital.gov.br, lançado em 2006, que mantém num único endereço links, notícias, eventos e materiais de referência a respeito do tema, facilitando o acesso de cidadãos, pesquisadores e gestores públicos a um conjunto de conteúdos em permanente atualização. O portal faz parte das ações do Observatório Nacional de Inclusão Digital, conduzido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Comitê Técnico da área para o acompanhamento, articulação e avaliação das iniciativas em andamento.

12. Justiça e Segurança Pública

Objetivando ampliar a justiça e a cidadania no País, foi priorizada uma série de medidas destinadas a fortalecer as instituições democráticas, assim como a implantação do Sistema Único de Segurança Pública, a efetivação do Sistema Penitenciário Nacional, o desarmamento, o combate à pirataria e promoção de ações de cidadania e justiça.

a) Reconstrução da Institucionalidade

Refletindo a prioridade para a Segurança, foi promovido pelo Governo um considerável incremento da dotação orçamentária do Departamento de Polícia Federal (DPF), acompanhado de esforços de reconstrução e fortalecimento dessa instituição. Esse trabalho vem contribuindo para que o DPF cumpra com mais eficácia seu papel institucional e se projete de maneira cada vez mais positiva na sociedade. O montante de recursos financeiros aplicados no DPF, em 2006, foi de aproximadamente R\$ 600 milhões, cerca de 77,0% a mais em relação aos recursos aplicados em 2002. O quadro de pessoal da DPF está sendo recomposto, passando de 9.289, em 2002, para 15.000 em 2007, ao mesmo tempo em que foram reestruturadas a remuneração e o Plano de Cargos da instituição, com aumentos de 5% em média nos últimos três anos para policiais e 14% para servidores administrativos.

A recomposição do quantitativo de recursos humanos pertencente aos quadros dessa instituição passará de 9.289, em 2002, para 15.000, em 2007. Os salários dos policiais aumentaram, em média, 58% nos últimos três anos. O aumento dos servidores administrativos no mesmo período foi de 141%. Não se trata de mera contratação de pessoal e simples aumento de salário, mas da estruturação legal de um plano de cargos para a instituição.

Com a inauguração da nova sede do Instituto Nacional de Criminalística (INC), a Polícia Federal passou a contar com laboratórios que a colocam entre as melhores polícias do mundo em matéria de polícia técnico-científica. Entre os diversos laboratórios presentes no INC estão os de Genética Forense, Balística Forense, Geoprocessamento, Geofísica Forense, Perícia de crimes contra a Fauna e Flora, Perícia em Gemas, Engenharia, Laboratório de Química Legal, Informática, Documentoscopia, Audiovisual e Eletrônicos, e Perícias Contábeis e Econômicas.

Merece destaque a implementação do sistema AFIS Criminal, que serve como base nas ações de identificação criminal do Brasil, por estar integrado ao Sistema Nacional de Identificação, permitindo a elucidação de diversos crimes que antes ficavam impunes pela inexistência da prova científica. Em 2006, o DPF investiu, também, em equipamentos de telecomunicação, com a aquisição de estações fixas e táticas (móveis) do Tetrapol (sistema digital, criptografado), além de 2.000 aparelhos portáteis. A infraestrutura do Tetrapol servirá de base tecnológica do sistema de radiocomunicação dos órgãos de segurança pública nos Estados, permitindo transmissão de voz e dados de forma segura, criando as bases para a integração das polícias estaduais à Polícia Federal e Rodoviária Federal. Por essas razões, os avanços em tecnologia de ponta atendem não apenas à Polícia Federal, mas se



constituem também na base tecnológica do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

O DPF adquiriu cerca de 6.000 novas armas e veículos para transporte por todos os meios. No que se refere à infra-estrutura imobiliária, foi ampliado o número de unidades descentralizadas, sendo instaladas nove delegacias em pontos estratégicos. Também foram reformadas mais de 40 unidades, entre superintendências e delegacias, e entregues quatro novas sedes, o que possibilitou o recebimento dos novos equipamentos e incremento de pessoal.

No que tange à Polícia Rodoviária Federal (DPRF), em 2006, foram admitidos mais 895 policiais rodoviários, por meio de concurso público, o que possibilitou um aumento da fiscalização e atuação mais efetiva no combate à criminalidade, devido ao incremento desses policiais nos postos de fiscalização, ampliando a presença da polícia ostensiva da União.

Na área de tecnologia, foi concluída a instalação do sistema de telecomunicações em todas as unidades operacionais da DPRF, permitindo aos postos se conectarem à sua rede, à Internet e aos mais diversos bancos de consulta, como o Infoseg, o que garantiu maior agilidade nas operações, gerando maior segurança aos usuários. Destaca-se, ainda, a aquisição de 113 viaturas, 256 etilômetros e 53 radares fotográficos, que possibilitarão uma fiscalização mais efetiva nas rodovias federais.

Em 2006, foram realizadas 779 operações especiais de combate ao crime nas rodovias federais, tendo como resultado a apreensão de três toneladas de cocaína, 44 toneladas de maconha e a destruição de mais de 250.000 pés de maconha, além da apreensão de 1.386 armas de fogo. Nas operações de combate aos crimes ambientais, foram recuperados mais de 13.000 animais silvestres e apreendidos mais de 250.000 m³ de madeira. No combate à exploração de crianças e adolescentes, destaca-se o encaminhamento de 304 crianças/adolescentes vítimas de crimes aos conselhos tutelares/delegacias e a detenção de 208 pessoas envolvidas nestes crimes.

Como perspectivas para 2007, destacam-se a construção da nova Sede do DPRF, a implantação do projeto de Talão Eletrônico de Multas, do Ensino a Distância na PRF e a ampliação dos mecanismos de participação social.

b) Implantação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP)

O objetivo do SUSP é a integração de esforços do Governo Federal com as instituições de segurança pública dos Estados, visando à redução da criminalidade e violência. A coordenação do SUSP nos Estados e no Distrito Federal é efetivada pelo respectivo Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública (GGI). Atualmente, todos os Estados já estão com seus gabinetes em funcionamento, permitindo a coordenação das ações do SUSP. Ações integradas vêm sendo desenvolvidas nos Estados do Ceará, da Paraíba, do Mato Grosso, de Sergipe, de Roraima, de Tocantins, do Amazonas e no Distrito Federal, com especial atenção ao combate à prostituição e exploração sexual de crianças e adolescentes, à prevenção ao uso de drogas, à polícia comunitária, aos conflitos agrários e ao combate à pirataria.

Valorizando a informação como principal ferramenta de ação policial, três sistemas de informações foram criados: o Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal, o Observatório Democrático de Práticas de Prevenção à Violência e Criminalidade e o Sistema de Monitoramento da Implantação do SUSP. O monitoramento constante da situação da segurança pública no País, agregado ao imenso volume de informações gerenciadas por tais sistemas visa a permitir não só a

avaliação e divulgação dos resultados alcançados, como também o amadurecimento das políticas de segurança pública, criando subsídios ao seu aperfeiçoamento.

Seguindo o objetivo de promover maior integração entre os órgãos de segurança pública, foi criada a Força Nacional de Segurança Pública, que é um grupo de elite inspirado na atuação das forças de paz da ONU. Controlada pelo Governo Federal, a Força Nacional atua em situações de calamidade, casos de crise aguda nos Estados e em eventos que exijam reforço na segurança, mediante requisição pelos governos Estaduais ao Governo Federal, ficando sob o comando do solicitante e respeitando, assim, o princípio da não-intervenção.

Formada por policiais de todo o País, a Força Nacional tem o importante papel de estimular a solidariedade federativa, bem como acabar com o problema das fronteiras internas, que dificultam a cooperação entre as polícias Estaduais e geram conflitos de jurisdição, favorecendo a atuação desmedida de grupos criminosos.

Em 2006, a Força foi requisitada pelo Governo do Estado do Mato Grosso do Sul para apoiar o policiamento local após uma série de rebeliões nos presídios de: Campo Grande, Dourados, Corumbá, Amambaí, Mundo Novo, Três Lagoas e Pontaporã. O mesmo aconteceu no Espírito Santo, quando a Força se deslocou a pedido do Estado para apoiar o policiamento local em rebeliões no Complexo Penitenciário de Viana. Em 2006, foram realizados investimentos na compra direta de equipamentos que serão alocados em atividades de treinamento da Força Nacional. Deve ser destacado, também, que o Governo editou no último dia 14 de janeiro, a Medida Provisória nº 345, que dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública, representando, assim, um relevante instrumento para regular as ações conjuntas com o Estado na área de segurança pública.

Foram formados, em 2006, 7.991 Policiais e Bombeiros Militares de todo o País. A previsão é que, até junho de 2007, a Força Nacional tenha 10.000 integrantes aptos a atuar em qualquer ponto do território nacional e, especialmente, na segurança dos Jogos Pan-americanos. Nesse sentido, encontra-se funcionando no Rio de Janeiro desde fevereiro de 2006 a Coordenadoria das Ações de Segurança Pública dos Jogos Pan-Americanos, estabelecida pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) e apoiada em três eixos (segurança operacional, inteligência e logística). A Coordenadoria conta com um Centro de Controle Operacional de Programas Especiais voltado ao desenvolvimento de projetos sociais na busca da integração da sociedade carioca, principalmente das comunidades carentes, com os jogos. É o caso, por exemplo, do Guia Cívico, iniciativa que está formando 10.500 jovens de 149 comunidades carentes para atuarem nos jogos. O Governo deverá investir cerca de R\$ 385 milhões na segurança dos Jogos, o que beneficiará a segurança pública do Rio de Janeiro, inclusive após a realização desse evento. Em 2006, os Corpos de Bombeiros receberam um tratamento especial no SUSP. O Governo apoiou o planejamento estratégico do emprego de bombeiros, evento que contou com todas as corporações estaduais. Merecem destaque nesse plano as medidas relacionadas à implementação do Protocolo de Kyoto, aumento do fluxo turístico no País e o aproveitamento racional da biodiversidade.

Outra ação que corrobora para a integração do SUSP é o Infoseg, ferramenta que permite a integração entre os sistemas dos órgãos que compõem as polícias, a justiça e os órgãos de fiscalização, integrando os bancos de dados e permitindo um efetivo compartilhamento das informações entre os estados e os órgãos federais. A Rede já disponibiliza informações sobre narcotráfico, inquéritos policiais, processos judiciais criminais e mandados de prisão, além dos dados cadastrais e imagens de condutores e de veículos, como dados de proprietários, condutores, multas. As informações sobre armas de fogo do DPF – Sistema Nacional de Armas (SINARM) e do Exército Brasileiro (SIGMA), também estão disponíveis aos usuários. Os acessos às informações do Infoseg



passaram de quatro milhões, em 2004, para quase 18 milhões em 2006. Já no aspecto de formação profissional, merece destaque a Renaesp, que credencia Instituições de Ensino Superior (IES) para realização de cursos de especialização de gestão em Segurança Pública, e a Rede de Educação a Distância para Segurança, que promove educação continuada para os profissionais de segurança pública. A Renaesp beneficia cerca de 1.600 profissionais, anualmente, por meio das Instituições de Ensino Superior. Já a Rede de Educação a Distância para Segurança beneficiou cerca de 32.000 profissionais, até o mês de dezembro de 2006.

Em consonância com a diretriz de promoção dos Direitos Humanos, a Senasp promoveu a criação da Escola Itinerante de Altos Estudos em Segurança Pública (Escopol), onde o policial assume o papel de protagonista, agregando uma qualificação humanística à formação no sentido de provocar uma reflexão sobre as técnicas de atuação utilizadas em suas atividades. No mesmo sentido, a Senasp realizou a Jornada dos Direitos Humanos com vistas à mobilização de lideranças multiplicadoras da cultura dos direitos humanos no contexto da segurança pública. No evento foram formados 2.480 líderes.

O Governo tem adotado a forma de compra direta de equipamentos, repassando-os às diversas Unidades da Federação. Com isso, um volume maior de equipamentos é negociado, o que reduz o custo unitário dos produtos. Além disso, verifica-se uma padronização dos equipamentos enviados às polícias brasileiras. Em 2003, houve a aquisição direta no valor de mais de R\$ 18 milhões. Em 2005, esse valor já era de quase R\$ 130 milhões e, em 2006, visando os jogos Pan-Americanos, foram investidos R\$ 150,8 milhões em aquisições de aeronaves, veículos, equipamentos de Bombeiros, Força Nacional, Polícias Civis e Militares.

Para 2007, o Governo planeja a realização de ações que consolidem o SUSP, objetivando a integração das instituições de segurança pública, a democratização e a participação da sociedade e do Estado no combate à violência e à criminalidade. Dentre essas ações destacam-se: (i) o investimentos na formação e valorização profissional; (ii) o investimentos na gestão de conhecimento e informações criminais, de segurança pública e justiça criminal; (iii) a reorganização das instituições policiais, por meio da criação de uma Lei Orgânica para as polícias civis, implementação de estrutura organizacional padronizada para todo o País; (iv) a segurança dos Jogos Pan-americanos, em 2007; e (v) a consolidação de um sistema nacional de indicadores de desempenho policial e realização da primeira Pesquisa Nacional de Vitimização.

c) Criação do Sistema Penitenciário Federal

Em 2004, o Governo, por intermédio do Ministério da Justiça, iniciou a implementação do Sistema Penitenciário Federal, que será composto por cinco penitenciárias de segurança máxima, operadas por corpo funcional próprio, com a finalidade de abrigar presos de alta periculosidade e desarticular o crime organizado nos sistemas penitenciários locais. O sistema é constituído por cinco estabelecimentos de segurança máxima, totalizando 63 mil m² de área construída e 1.000 celas individuais, abrangendo várias regiões do País. Duas penitenciárias foram inauguradas em 2006: a de Catanduvas/PR, já em pleno funcionamento, e a de Campo Grande/MS. As unidades de Mossoró/RN e de Porto Velho/RO estão em fase de obras, devendo ser inauguradas em junho e dezembro de 2007, respectivamente. A quinta e última Penitenciária Federal será construída na região Sudeste e deverá entrar em operação em 2008.

c.1) Política Penitenciária

Além da construção das penitenciárias federais, em 2006, foram conveniadas 6.682 novas vagas nos sistemas penitenciários locais, refletindo uma sólida política de financiamento aos Estados, baseada em critérios que consideram as realidades regionais.

Registrem-se, ainda, iniciativas voltadas para o fomento da aplicação de penas e medidas alternativas, contribuindo para atenuar o problema da superlotação. No período 2003/2006, houve um crescimento exponencial: em 2002, 21.560 pessoas cumpriam penas ou medidas alternativas; ao final de 2006, a estimativa é de cerca de 170.000. Esses números – elevação de quase 700% em quatro anos – denotam o sucesso da política de expansão e de aceitação e reconhecimento das penas e medidas alternativas perante os órgãos da execução penal e junto à sociedade em geral. Com relação ao Sistema de Informações Penitenciárias (Infopen), durante 2006 os esforços se concentraram na implantação de dois módulos: estatística e gestão. O destaque do ano foi a utilização do módulo estatística no sistema, que alcançou 100% de adesão.

d) Desarmamento

A Campanha do Desarmamento foi muito importante para a redução do número de armas em poder da população, visto que, à época foram entregues 460.000 armas de fogo, impactando na redução do número de homicídios, conforme dados do Ministério da Saúde. Em 2003, foram praticados 40.085 homicídios com arma de fogo; em 2004, o número diminuiu para 36.119 e, em 2005, para aproximadamente 34.300. Uma redução significativa se observamos que o número de homicídios por arma de fogo vinha aumentando a cada ano antes da Campanha do Desarmamento. Os dados de 2006 ainda não foram totalizados, mas há uma perspectiva de continuidade na diminuição do número de homicídios.

Em dezembro de 2006, foi lançada oficialmente a campanha para o recadastramento de armas de fogo registradas nas secretarias de segurança pública dos Estados. De acordo com a Lei nº 10.826, de 2003, toda as armas deverão ser registradas na Polícia Federal, até 02 de julho de 2007. Atualmente, há no SINARM um total de quatro milhões de armas registradas nos órgãos estaduais e que precisam ser recadastradas. Os cidadãos que possuem armas legalmente têm de recadastrá-las ou entregá-las à Polícia Federal, mediante indenização. Estima-se que de 40% a 50% dos proprietários de armas não terão interesse no recadastramento ou não vão conseguir preencher os requisitos exigidos pela lei, o que resultará na redução do número de armas em poder da população.

e) Plano Nacional de Combate à Pirataria

A pirataria é um crime transnacional complexo com repercussão mundial, gerenciado por máfias internacionais ligadas ao crime organizado e, por isso, fortemente relacionado com outros delitos – como a lavagem de dinheiro, o narcotráfico e o tráfico de armas e munições. O combate a esse crime não pode prescindir de uma forte atuação do Estado. Conforme informações da Interpol, a pirataria se tornou o crime mais lucrativo do mundo, movimentando anualmente US\$ 516 bilhões, contra US\$ 322 bilhões do tráfico de drogas.

No Brasil, a pirataria implica riscos à imagem do País no cenário internacional, e no interno, implica riscos à economia, à saúde e à segurança dos consumidores, inviabilizando a geração de estimados dois milhões de empregos formais ao ano, além de provocar perdas fiscais anuais, associadas à comercialização de produtos piratas, da ordem de aproximadamente R\$ 27 bilhões.

O Plano Nacional de Combate à Pirataria assume o pressuposto de que o combate à pirataria deve envolver uma ampla articulação de forças voltada à adoção de medidas que ataquem o problema, o qual, por sua complexidade, deve ser considerado tanto sob o ângulo da contenção da oferta de produtos piratas (repressiva), quanto pelo ângulo educacional e econômico (preventivo), em ações que se destinam a conter a demanda.



No aspecto repressivo, o ano de 2006 foi caracterizado pelos trabalhos integrados, realizados nos portos, aeroportos, fronteiras e rodovias federais, envolvendo a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Receita Federal. As operações tiveram como resultado uma apreensão recorde de produtos, entre eles 5,4 milhões de CDs e DVDs, 1,7 milhão de pacotes de cigarros, 220 mil produtos eletrônicos e 198 mil caixas de medicamentos. Em destaque, cita-se o início das atividades da nova aduana, construída ao lado da Ponte da Amizade, que funcionará ininterruptamente e terá uma estrutura capaz de fiscalizar 100% dos veículos e pedestres que retornarem de Ciudad Del Leste, no Paraguai, e da mesma forma, a operação I-Commerce, deflagrada em 16 de outubro de 2006, que teve por objetivo combater o comércio ilegal pela Internet. Preventivamente, foram desenvolvidos esforços conjuntos entre a iniciativa privada e o Poder Público, capacitando agentes públicos a fim de que estes identifiquem facilmente um produto falsificado e tenham um domínio sobre as características e demais informações que o cercam. As ações implementadas no País têm alcançado destaque internacional, tendo o presidente do Conselho Nacional de Combate à Pirataria, recebido, em 2006, o Primeiro Prêmio Anual da Motion Picture Association (MPA) por combate exemplar à pirataria de obras audiovisuais, em Miami, Estados Unidos. Objetivando uma maior atuação e êxito, apresentam-se como perspectivas, para 2007 e próximos exercícios, o desenvolvimento de campanhas educativas que tornem o consumidor um dos protagonistas na luta contra a pirataria; a implementação de políticas econômicas que desestimulem o consumo de produtos piratas tornando os produtos originais mais acessíveis e condizentes com a realidade socioeconômica do País; uma maior integração entre os Estados e Municípios, e os seus respectivos órgãos de atuação contra o crime; e a criação de um banco de dados estatístico oficial sobre a pirataria no Brasil.

f) Cidadania e Justiça

f.1) Reforma do Poder Judiciário e Legislação Infraconstitucional

Dos 26 projetos de lei que compõem a reforma infraconstitucional encaminhada pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, em 15 de dezembro de 2004, seis já foram transformados em lei. Trata-se de uma prioridade do Governo, para acelerar a tramitação de processos, racionalizar o sistema de recursos judiciais e inibir a utilização da Justiça com fins meramente protelatórios.

Destacam-se, entre outras, as leis, sancionadas em 2006, que criaram a súmula impeditiva de recursos (Lei nº 11.276, de 2006); a que racionaliza o julgamento de processos repetitivos (Lei nº 11.277, de 2006); e a que altera o processo de Execução no Código de Processo Civil, agilizando o procedimento para o cumprimento da sentença (Lei nº 11.382, de 2006).

f.2) Modernização da Justiça

O Governo promoveu, em dezembro de 2006, a terceira edição do Prêmio Innovare, que tem como principal objetivo identificar, premiar, sistematizar e disseminar as práticas pioneiras e bem-sucedidas de gestão do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, que estejam contribuindo para a desburocratização e eficiência dos serviços da Justiça. A Comissão Executiva recebeu, em 2006, 150 inscrições de 24 Estados, das quais foram premiados cinco projetos que apresentaram práticas inovadoras e de relevância para a modernização e eficiência da Justiça.

Foram realizados, ainda, eventos de extrema importância, que mobilizaram diversos segmentos em áreas estratégicas, abordando temas como “Estabilidade Econômica e o Judiciário”, “XV Conferência de Ministros de Justiça de Países Ibero-Americanos” e

“Penhora *on-line* de Veículos”, sendo que este último prevê o desenvolvimento e a implementação do Renajud, sistema que integra o Poder Judiciário e o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), possibilitando ao magistrado bloquear a transferência de um veículo pela Internet, em tempo real, aumentando a eficiência das decisões judiciais e de inviabilizar a prática de condutas fraudulentas, ao mesmo tempo em que simplificará o procedimento para o Poder Público.

f.3) Controle de Estrangeiros – Acordos Internacionais e Refugiados

Foi desenvolvida uma política migratória voltada para a garantia dos direitos fundamentais do migrante, que estabelece a reciprocidade de tratamento dos mais de quatro milhões de emigrantes brasileiros no exterior. Ao final de 2006, o Brasil assinou acordos de cooperação bilateral com Argentina e Uruguai. O acordo facilita o visto de permanência e prevê a regularização da situação dos brasileiros nesses países, bem como da de uruguaios e argentinos no Brasil. A principal perspectiva em 2007, é a elaboração da proposta do novo Estatuto do Estrangeiro.

f.4) Defesa do Consumidor e da Ordem Econômica

No plano nacional, o Governo implantou o Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (Sindec), que integra em rede as ações e informações da Defesa do Consumidor de todo o País, constituindo uma base de dados de todas as demandas de consumidores apresentadas perante os Procons, tornando-se uma ferramenta fundamental para desenvolvimento e implementação de políticas públicas. Atualmente, 22 Estados estão conveniados e, dentre esses, 18 já possuem sistema totalmente implantado.

Também nessa área, em 2006, foi lançado o Guia de Orientação e Defesa do Segurado, com o objetivo de divulgar, em linguagem simples e didática, informações básicas sobre seguros, previdência complementar aberta e capitalização.

Para 2007, está prevista uma série de ações, destacando-se a continuidade do trabalho para inclusão dos Procons Municipais no Sindec; a realização de novas parcerias para inclusão de outros importantes agentes no Sindec, tais como o Ministério Público, as Defensorias e as entidades civis organizadas; e o fortalecimento da política externa de defesa do consumidor, em parceria com os países da América Latina.

13. Prevenção quanto ao Uso de Drogas

O consumo de drogas tem se mostrado um dos mais complexos e inquietantes fenômenos de nossos tempos, exigindo que o Governo e a sociedade partilhem a responsabilidade na busca de alternativas que levem à sua melhor compreensão e abordagem. A construção da agenda governamental para responder a esse desafio, foi fundamentada pela integração das políticas setoriais com a política nacional sobre drogas, a descentralização das ações e o estabelecimento de parcerias com a comunidade científica e organizações sociais voltadas ao tema.

Uma completa revisão dos marcos políticos e legais sobre o assunto foi iniciada em 2003. Como resultado, o Brasil é detentor de uma Política Nacional Sobre Drogas, realinhada com a ampla participação da sociedade em articulação com órgãos dos três níveis de governo; e uma nova lei que suplanta, de forma realista e pragmática, uma legislação com 30 anos de existência, desatualizada e desvinculada dos progressos da ciência e das transformações sociais.

Esses dois instrumentos, resultantes da sintonia entre os Poderes da República e a sociedade, colocam o Brasil numa posição de vanguarda e facilitam a implementação da estratégia de Governo, definida em três eixos de atuação, articulados e coordenados pela Secretaria Nacional Antidrogas. As ações emanadas destes eixos permitiram, no período 2003/2006, a realização de um diagnóstico situacional sobre o consumo de drogas, seu impacto nos diversos domínios da vida da população e as alternativas existentes; a capacitação dos atores sociais que trabalham diretamente com o tema e também de multiplicadores de informações de prevenção; e a implantação de projetos estratégicos, de alcance nacional, que ampliam o acesso da população às informações, ao conhecimento e aos recursos existentes na comunidade.

Uma revisão completa dos marcos políticos e legais sobre o assunto foi concluída em 2006, e o País passou a ser detentor de uma política nacional sobre drogas, concebida com ampla participação da sociedade em articulação com órgãos dos três níveis de Governo, traduzida na Lei nº 11.343/2006.

O Governo Federal assinou em dezembro de 2005 um acordo de cooperação horizontal com a Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (Cicade) da Organização dos Estados Americanos (OEA), para coordenar três projetos, dois deles em implantação em 2006:

- a) curso de Especialização em Pesquisa sobre Álcool e outras Drogas, envolvendo 30 países da América Latina e cinco Africanos;
- b) realização de estudo piloto multicêntrico sobre drogas, mulheres e violência, envolvendo 23 universidades de 12 países, com a participação de cinco universidades brasileiras; e
- c) em 30/11/2006, o Brasil foi eleito por aclamação Presidente da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (Cicad) da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Em 2007, além do permanente trabalho de implementação da Política Nacional sobre Drogas, será priorizada a regulamentação do marco legal do setor.

